



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA – MESTRADO**

**FRANCISCO WHALISON DA SILVA**

**A RELAÇÃO IGREJA-MUNDO**  
**À LUZ DA CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES***

RECIFE – PE  
2022

FRANCISCO WHALISON DA SILVA

**A RELAÇÃO IGREJA-MUNDO  
À LUZ DA CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof.º Dr. Francisco de Aquino Júnior

RECIFE – PE  
2022

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Aluno: FRANCISCO WHALISON DA SILVA**

**Título da Dissertação: A RELAÇÃO IGREJA-MUNDO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO  
PASTORAL GAUDIUM ET SPES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em Teologia. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 19 de Agosto de 2022 pela banca examinadora e constituída pelos professores:



---

Prof.º Dr. Francisco de Aquino Júnior - UNICAP  
(Orientador)



---

Prof.º Dr. Gilbraz de Souza Aragão - UNICAP  
Examinador Interno



---

Prof.º Dr. Moésio Pereira de Souza – IFITEG  
Examinador Externo

S586r Silva, Francisco Whalison da.  
A relação igreja-mundo à luz da constituição pastoral *Gaudium et spes* / Francisco Whalison da Silva, 2022.  
95 f.

Orientador: Francisco de Aquino Júnior.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Programa de Pós-graduação em Teologia. Mestrado em Teologia,  
2022.

1. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965). *Constitutio pastoralis de ecclesia in mundo huius temporis*. 2. Igreja e o mundo. I. Título.

CDU 261.6

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Dedico à minha família, meus pais Madalena e Ednasio; à minha família na fé, comunidade de Fazenda Nova; a todo o povo de Deus da Diocese de Santa Luzia de Mossoró/RN.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e à minha família.

À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) por terem proporcionado viver esta experiência de crescimento em diversas dimensões da vida.

À Diocese de Santa Luzia de Mossoró, na pessoa do bispo Dom Mariano Manzana; e a Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Alexandria/RN), por todo incentivo humano dado à minha formação e pelo investimento na minha vida acadêmica.

À Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN), pela excelente formação teológica que me possibilitou, todos os professores do Curso em Teologia.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Teologia da UNICAP, e de modo especial ao meu orientador Francisco de Aquino Junior, pela orientação, pela confiança, e empenho dedicados a mim e à pesquisa.

Aos companheiros de mestrado, especialmente, Antônio Wauleson e Patrícia Gastão.

Aos meus familiares e amigos, que estiveram comigo nesse tempo.

A todos aqueles que, mesmo não sendo citados aqui, contribuíram de alguma forma para realização desta conquista.

*“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).*

## RESUMO

Diversas transformações têm ocorrido na sociedade, envolvendo, entre outros campos, a cultura, a economia, a política etc. Este processo de transformações tem impactado também no aspecto religioso, despertando interesse pela relação Igreja-mundo. Durante um longo período, a Igreja esteve voltada para interesses e preocupações *ad intra*, mantendo uma atitude de resistência ou mesmo de aversão e oposição ao mundo moderno, realidade *ad extra*. Com o Papa João XXIII e o Concílio Vaticano II começa uma nova etapa na vida da Igreja, marcada por um vivo interesse e preocupação com as transformações sociais, proporcionando uma melhor relação entre a Igreja e a sociedade, entre a doutrina e os tempos modernos, entre os católicos e outros cristãos. Expressão privilegiada desse processo de renovação conciliar das relações Igreja-mundo é a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. O presente trabalho tem como objetivo analisar precisamente a relação Igreja-mundo a partir da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje e indicar, a partir do Papa Francisco, alguns desafios atuais dessa problemática. O primeiro capítulo busca situar o Concílio Vaticano II no contexto da problemática Igreja-mundo. Em seguida, analisa o modo como a relação Igreja-mundo é compreendida e os termos em ela é formulada na referida Constituição. Por fim, busca refletir sobre a sua atualidade no atual contexto histórica e sobre as novas perspectivas da relação Igreja-mundo com o Papa Francisco. Isso nos ajuda compreender como a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* abre a Igreja para o diálogo com o mundo moderno, ao mesmo tempo em que nos desafia a atualizar e aprofundar esse processo de abertura, diálogo e colaboração da Igreja com a sociedade.

**Palavras-chave:** Vaticano II. Relação Igreja-Mundo. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Diálogo. Papa Francisco.

## ABSTRACT

Several transformations have been occurred in the society, involving, among other fields, the culture, economy, politics etc. This process of transformations has impacted also in the religious aspect, arousing interest by the Church-World relationship. During a long period, the Church was turned for interests and concernings *ad intra*, keeping an attitude of resistance or aversion and opposition to the modern world, that is, the *ad extra* reality. After the Pope João XXIII and the Second Vatican Council, begins a new stage in the life of the Church, maked by a live interest and concerning by the social changes, providing a better relationship between the Church and the society, between the doctrine and the modern times, between the catholic people and other christian. A privileged expression of this conciliar renewal process of the Church-World relationship is the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes*. The current work has as general objective to analyze precisely the Church-World relationship from the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes* about the Church in the modern world and to indicate, from the Pope Francisco, some current challenges of this question. The first chapter seeks to situate the Second Vatican Council on the context of the Church-World theme. After this, we intend to analyze the way how the Church-World relationship is understood and the terms in which it is formulated in the mentioned Constitution. Finally, we intend to think over its validity in the current historic context and over the new perspectives of the Church-World with the Pope Francisco leadership. This discussion helps us to understand how the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes* opens the Church to dialogue with the Modern World, while, at the same time, it challenges us to update and deepen ourselves in this opening, dialogue and colaboration processes of the Church with the society.

**Keywords:** Vatican II. Church-World Relationship. Pastoral Constitution *Gaudium et Spes*. Dialogue. Pope Francisco.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O CONCÍLIO VATICANO II E A PROBLEMÁTICA IGREJA-MUNDO.....</b>	<b>12</b>
1.1 O conflito Igreja-Mundo .....	12
1.2 Os processos de renovação da relação Igreja-Mundo .....	22
1.3 O Concílio Vaticano II e o diálogo Igreja-Mundo .....	34
<b>2. A RELAÇÃO IGREJA-MUNDO NA CONSTITUIÇÃO PASTORAL <i>GAUDIUM ET SPES</i>.....</b>	<b>40</b>
2.1 História do Texto .....	40
2.2 Texto: status, estrutura, conteúdo.....	49
2.3 Relação Igreja-Mundo .....	64
<b>3 A CONSTITUIÇÃO PASTORAL <i>GAUDIUM ET SPES</i> E O PAPA FRANCISCO .</b>	<b>72</b>
3.1 Atualidade da Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> no contexto atual ..	72
3.2 Relação Igreja-Mundo com o Papa Francisco .....	83
3.3 “Igreja em saída para as periferias”: perspectivas atuais de uma Igreja dialogal.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, devem ser consideradas as transformações que têm ocorrido em diversos âmbitos: desde a cultura, a economia, a política, até os avanços na área da tecnologia e da informação, por exemplo. Tal processo de transformação tem impacto também sobre a religiosidade, despertando um novo olhar para as mudanças que ocorrem na relação da Igreja com o mundo. Sabe-se que, durante um longo período, a Igreja esteve buscando encontrar caminhos apenas sob a perspectiva *ad intra*, gerando uma compreensão de que apenas a sua realidade interna seria importante e que as mudanças do mundo externo, *ad extra*, não afetariam a sua realidade institucional ou missionária.

Pensando em uma unidade da vida eclesial, surge, a partir do Papa João XXIII, o impulso para uma nova etapa, um novo jeito de caminhar: o Concílio Vaticano II. João Décio Passos, sobre o concílio, diz que “tratava-se de um Concílio novo, destinado a colocar a Igreja em diálogo com o mundo e para tanto deveria revigorar sua imagem segundo o que pensou o próprio Jesus Cristo” (PASSOS, 2016, p.1030). A inspiração para a criação do Concílio, segundo expressa João XXIII, nasceu do Divino, foi inspiração divina, tendo como objetivos declarados: a verdade, a unidade e a paz.

Havia um direcionamento almejado, um caminho para ser percorrido, que tinha como raiz o propósito de *aggiornamento*, atribuído a João XXIII. O Papa desejava que fosse amadurecido um “caminho junto”, na busca de acompanhar as transformações sociais, proporcionando uma melhor relação entre a Igreja e a sociedade, entre a doutrina e os tempos modernos, entre os católicos e outros cristãos.

Do anúncio do Concílio, em 25 de janeiro de 1959, até o seu término, em 08 de dezembro de 1965, uma diversidade de formulações e horizontes era apresentada à comunidade eclesial. O teólogo Antônio Manzatto diz que “o Papa colocou em marcha a preparação para esse evento [...], com a vontade de ser um kairós da ação de Deus que renova sua Igreja, para que ela fosse ‘a Igreja de todos, especialmente dos pobres’” (MANZATO, 2009, p.76). No encerramento dos trabalhos conciliares, após profunda reflexão sobre o encontro da Igreja com o mundo, é promulgada a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* traz caminhos fundamentais para o *aggiornamento*. Ela busca tornar concreto o quanto o diálogo com o outro é transformador, em especial quando a vida humana é colocada no centro das discussões. Atuar em favor da vida humana, tendo como centralidade a Pessoa de Jesus Cristo, ajudaria a refletir sobre os imensos problemas vividos em um contexto de profundas e aceleradas transformações (Cf. LOPES, 2011).

A partir do Concílio Vaticano II ficou patente que a relação da Igreja com o mundo deve acontecer de maneira concreta, envolvendo a todos. De acordo com o teólogo Aquino Júnior, o serviço que a Igreja presta à sociedade deve partir daquilo que é próprio da Igreja: “missão, natureza e universalidade” (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 110). Compreendendo a relação dessas dimensões, observamos a necessidade da Igreja tomar partido e caminhar junto, pois os problemas que afligem a humanidade são também vistos, cada vez mais, como preocupação da Igreja.

Quanto ao “caminhar junto”, o Concílio Vaticano II estabelece como fundamental a compreensão do mundo como lugar da Revelação, onde Deus está presente e age, e essa deve ser a motivação da ação eclesial. É no mundo onde o homem é construído e nele é possível a experiência do encontro com Deus.

Sabendo que o sujeito social moderno impulsiona a Igreja em direção a uma maior atuação na sociedade, surgem alguns questionamentos, os quais nortearão este estudo: qual seria a compreensão da própria Igreja quanto à sua presença e ação no mundo? Em qual mundo a Igreja procura se relacionar ou intervir? Como se configura tal relacionamento ou intervenção?

Para tais reflexões, partindo dos pressupostos anteriormente citados, a presente pesquisa tem como objetivo analisar essa relação Igreja-Mundo através da observação e análise dos caminhos propostos pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. É ela que apresenta a Igreja no mundo de hoje, buscando apontar caminhos nessa relação fundamental.

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos o método de revisão bibliográfica. Foram consultados teses, dissertações, livros, artigos, periódicos e revistas relevantes para a compreensão do tema proposto, com o intuito de que, através do diálogo entre os autores, fossem alcançados os objetivos a que se destina esta pesquisa.

Assim, no Capítulo 1 abordaremos o período em que antecede o Concílio Vaticano II, percebendo o contexto em que o Concílio acontece, como a sociedade

era organizada na época e observando, principalmente, a relação existente entre a Igreja e o mundo. No Capítulo 2, partindo do olhar sobre o contexto em que surge o Concílio, analisaremos como é tratada e formulada a questão da relação Igreja-Mundo na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Por fim, no Capítulo 3, buscaremos refletir como essa nova direção preconizada pela Igreja através da Constituição é vivenciada atualmente e quais seus avanços, observando esses aspectos principalmente a partir do Pontificado do Papa Francisco.

## **1 O CONCÍLIO VATICANO II E A PROBLEMÁTICA IGREJA-MUNDO**

Este capítulo tem como objetivo situar a problemática Igreja-Mundo no Concílio Vaticano II. Em vista disso, será analisado o contexto que o antecede, destacando os desafios, as iniciativas e como a problemática é refletida no Concílio.

Num primeiro momento, buscaremos observar como a sociedade estava estruturada e como a Igreja se comportava frente aos processos de transformação que ocorriam no meio social da época. Em seguida, mostraremos como essas transformações influenciaram na postura da Igreja, a ponto de surgir processos de renovações que atingiram diretamente a sua relação com o mundo. Finalmente, abordaremos o evento conciliar que, motivado pelo desejo do Papa João XXIII de renovação da Igreja, apresenta reflexões e caminhos para um agir da Igreja no mundo de hoje.

### **1.1 O conflito Igreja-Mundo**

Para refletir sobre o conflito existente entre a Igreja e o mundo moderno, não podemos deixar de construir um caminho observando o contexto em que a referida instituição esteve inserida antes do Concílio Vaticano II. Voltando-se para a Igreja, é necessário considerar que posicionamentos tomava para que entrasse em conflito com a sociedade. Nossa abordagem parte de uma compreensão acerca do homem e do seu comportamento nesse período, buscando, assim, entender, ou ao menos conhecer, a origem do supracitado conflito.

Inicialmente, recordamos que, nesse período, o que prevalecia na compreensão da sociedade a respeito da concepção do conhecimento do homem, do sujeito social e das suas capacidades, era de que este estava condicionado a algo superior a ele, que regia todos os seus passos. O agir do homem e seus pensamentos eram determinados pela crença que tinha, isto é, pela religião.

Segundo Libânio, o sujeito social “concebiam a religião, a fé a partir de Deus, num verdadeiro teocentrismo. Acentuava-se na pessoa de Jesus sua realidade divina, assim como a Igreja era vista como objeto de fé por sua natureza divina” (LIBANIO, 2005, p. 15). Para Contiero, a noção existente é que “para o homem medieval, inserido em uma sociedade definida pelo universo religioso, todo

conhecimento seria fruto natural da revelação divina e não do pensamento racional” (CONTIERO, 2017, p. 28).

A compreensão de que a construção do homem é feita a partir do universo religioso e que seu agir sofre influência do meio se torna um importante fator no conflito Igreja-Mundo. O teocentrismo existente estava presente de maneira influente e com bastante força de interferência na forma como o homem se comportava na sociedade. Também é importante lembrarmos que o comportamento desse sujeito era forte, por pertencer ao modelo da família patriarcal em que o sujeito estava inserido.

O sujeito estava inserido fortemente no interior de uma família patriarcal. Vigoravam nela relações fortemente assimétricas. A figura do pai dominava o espaço principal, secundado pela mãe numa atitude de docilidade e complementaridade, assumindo as tarefas do lar. Os filhos, frequentemente numerosos, viviam numa dupla relação de submissão aos pais e de cuidado dos irmãos menores. Os laços familiares eram fortes, cultivados antes pela responsabilidade do que pela ternura. Preparavam os filhos para uma religião exigente, como assim era no seio da família (LIBÂNIO, 2005, p. 18).

Daí, podemos constatar o quanto o sujeito era dominado e preso em um círculo de compreensão do mundo. Ao homem, em geral, não era permitido se abrir a novos caminhos ou entendimentos, por respeito e obediência. Outros não realizavam tal abertura por medo dos castigos que cairiam sobre aqueles que questionassem ou tentassem apresentar outras formas de viver e de ser.

De acordo com Contiero, havia uma predominância absoluta da Igreja, que dominava o homem, justamente pelo fato de a “sociedade estar arraigada por aspectos sagrados e cabia à Igreja indicar os verdadeiros caminhos e a verdadeira doutrina, expressando os desígnios de Deus aos seus fiéis” (CONTIERO, 2017, p. 34).

Tudo isso influenciava e determinava a vida das pessoas de uma forma controladora em diversos âmbitos da vida. Compreendia-se que a maneira de viver dessas pessoas deveria se orientar pelo querer divino e, deste modo, as possibilidades de mudança e mesmo de questionamentos eram muito limitadas.

A influência sofrida vai desde a maneira de se organizar a economia rural – tornando as pessoas dependentes dos grandes senhores, reféns de uma estrutura e de um interesse pessoal arbitrário – até a carência tecnológica, que oferece um novo

horizonte nessa maneira de viver e de se organizar. Ressalta-se que essa situação também condicionava e favorecia para que o sujeito se tornasse submisso às autoridades eclesiásticas.

Essa situação econômica rural era mantida refém do poder político – do coronelismo em nossos países e dos senhores feudais na Europa medieval. Mesmo depois que desfizeram as estruturas feudais, durante séculos reinou um absolutismo monárquico. Todos esses sistemas em sua variedade de formas tinham em comum o autoritarismo da parte dos poderosos e dependência da parte dos súditos. A domesticação política se prolongava para dentro da Igreja de maneira que nela vivia um sujeito acostumado a submeter-se e a obedecer (LIBANIO, 2005, p. 17).

Com esse olhar, nota-se que os interesses das pessoas eram desconhecidos, senão negados. Suas necessidades ou anseios não eram levadas em conta e elas não se achavam capazes de enfrentar o sistema prevalecente. Libânio, ao apontar argumentos sobre esse sujeito social, como estava configurado, acrescenta que “a carência de tecnologia e de domínio sobre a natureza reforçava a falta de iniciativa, permitindo uma vida repetitiva” (LIBANIO, 2005, p.17).

Postas tais considerações sobre o sujeito social, apontamos que, por ele estar inserido em uma sociedade organizada por um sistema arbitrário, em um ambiente religioso que tem uma compreensão teocêntrica sobrenatural e uma postura da eclesiologia que estava preocupada em manter o seu *status*, todos esses fatores o privavam da transformação.

Esse sujeito vai mudar sua maneira de pensar e de atuar na sociedade a partir das transformações ocorridas com a consolidação da sociedade moderna. Para que essa sociedade se desenvolvesse, primeiro foi necessário que alcançasse alguns elementos basilares para construção da sua maneira de ser e, conseqüentemente, nova mentalidade.

Trata-se de tomar consciência dessa nova sociedade que se foi construindo sobre as bases de uma mentalidade nova (a liberal burguesa), de algumas possibilidades técnicas (revolução industrial) e de alguns recursos econômicos acumulados sobre a base do lucro privado (capitalismo) (CAMACHO, 1995, p. 33).

A partir deste ponto, inicia-se um novo percurso: a sociedade começa a sofrer transformações que entram em choque com a forma com que ela estava organizada e com o modo como a Igreja se fazia presente nela. Recordamos que a

Igreja mantinha todos direcionados para a sua expressão e não existia uma valorização do sujeito social. Uma das transformações ocorridas na sociedade moderna é a prioridade que se dá a esse sujeito, já que uma das intenções era torná-lo “menor” cada vez mais. Além disso, mudanças no campo político e no econômico também terão início nessa época.

Assim, ao falar de transformações que impulsionam a mudança da sociedade, falamos também do sujeito social, que cada vez mais passa a se organizar de novas formas, saindo da dependência e subserviência que impedia o seu crescimento. Convém, agora, fazermos uma breve observação sobre três fenômenos que consolidam a sociedade moderna: a industrialização, o capitalismo e o liberalismo.

De acordo com Camacho:

A Industrialização é, antes de tudo, um fenômeno técnico. Pressupõe uma série de descobertas, frutos do desenvolvimento das modernas ciências experimentais. De fato, o uso da moderna metodologia científica, baseada na experimentação e na indução, permite um espetacular desenvolvimento do conhecimento das leis da natureza e no aproveitamento dos seus recursos, por parte do homem. A aplicação desses conhecimentos ao domínio da natureza é conhecida como a revolução tecnológica (CAMACHO, 1992, p. 34).

Partindo disso, abre-se um horizonte para que a produção de máquinas comece a ser aplicada, aumentando, conseqüentemente, a quantidade de produtos produzidos, assim como de bens mais qualificados. Até o momento, era muito comum o uso de mão de obra e de uma produção apenas do que era elementar e essencial. Ressalte-se que apenas alguns podiam desenvolver tal atividade, graças à monopolização das atividades comerciais. A industrialização passou a proporcionar uma ampliação dos processos de produção que, ao ser alimentado e fortalecido, favoreceu um crescimento a partir de outro fenômeno: o capitalismo.

O capitalismo ganha força e auxílio a partir do apoio que recebe do capital, que é necessário para se expandir tanto o uso das máquinas quanto a área de abrangência.

Para Camacho, o capitalismo:

pode ser definido como o sistema de organização da vida socioeconômica em que o capital está nas mãos de pessoas privadas, as quais se servem da mão-de-obra para tornar produtivo e

rentável esse capital, e a contratam em troca de um salário. Historicamente, comprovamos também que, em suas origens, o capitalismo tem estreitos vínculos com a revolução industrial” (CAMACHO, 1995, p.37).

Conforme afirmamos anteriormente, apenas alguns podiam tornar a comercialização atuante. Em decorrência disso, observou-se o acúmulo do capital que, por sua vez, foi o principal responsável pela forma como a industrialização ganhou forças, influenciando, também, um novo comportamento da sociedade.

Como destacamos na consideração de Camacho, com o advento do maquinário, houve a diminuição da necessidade de contratação de trabalhadores e, conseqüentemente, a própria rigidez em gerir essa mão de obra. Nesse processo, deu-se a inovação e melhor desenvolvimento do comércio e a conseqüente concentração de renda. Dessa maneira, ocorreu uma mudança de presença local para uma expansão maior nas regiões antes desconhecidas. Os grandes descobrimentos geográficos proporcionaram a abertura de novos mercados e promoveram o enriquecimento rápido daqueles que já concentravam fortuna.

Ligado a isso, surgiu um novo fenômeno de bastante influência na sociedade: o liberalismo. Observamos que a riqueza era concentrada apenas nas mãos de poucas pessoas e isso fazia com que uma pequena parcela da população detivesse o poder e ditasse como deveria ser a própria organização social, a partir dos critérios e normas que estabelecia. Em contrapartida, o liberalismo passou a impulsionar um olhar para o crescimento e liberdade individual.

Pois bem, se a liberdade é o fator comum que identifica e dignifica todo ser humano, então todos os homens são iguais nos aspectos fundamentais: igualdade e liberdade passam a ser as duas grandes coordenadas que definem o ser humano. Pela igualdade, nada deve condicioná-lo em princípio; pela liberdade, tudo fica ao alcance das mãos, pelo menos em princípio, desde que o indivíduo tenha aspirações e força de vontade para tanto. (CAMACHO, 1995, p. 38).

Com isso, o homem se tornou inquieto e decidiu se aventurar na busca de novas formas de viver em sociedade: pôs em evidência a ação com forte influência racionalista, criando coragem para enfrentar qualquer risco em vista dos lucros.

Com o comércio, as transações baseadas nas trocas, constantes durante a maior parte do medievo, passaram a ocorrer mediante o uso da moeda. Em um ambiente cada vez mais urbano, favorece-se o progresso intelectual e artístico, do qual as catedrais góticas são as

expressões mais conhecidas, demonstrando a relevância que a fé ainda desfrutava ao longo desse período (CONTIERO, 2017, p. 35).

No tocante à dimensão da fé e da Igreja na sociedade, é importante relembrarmos que, durante todo esse processo de transformação e renovação, ambos foram fundamentais. Aqui, para fins de percepção acerca do protagonismo da Igreja, podemos citar: as Cruzadas, que impulsionaram a atividade comercial, a arte gótica, assim como uma proteção aos comerciantes. Nesse primeiro momento de mudanças, a Igreja foi percebendo os “sinais dos tempos”, seguindo-os, adaptando-se e, ao mesmo tempo, mantendo-se no lugar que já ocupava.

Nesse caminho, começou a se tornar aparente um enfrentamento aberto da Igreja com o liberalismo e a sociedade moderna. Sem dúvida alguma, nesse processo de transformação, o que impulsionou esse confronto foi o crescimento da autonomia do sujeito e da sociedade.

Camacho, em sua análise, apresenta três pontos que demonstram a força e presença desse enfrentamento: antes de tudo, “trata-se de um conflito ideológico”, observando o domínio que a Igreja tinha sobre a forma de viver das pessoas; em seguida, passou a existir um incentivo à liberdade individual. O segundo ponto “reside na tentativa dos regimes liberais de reduzir o religioso ao âmbito do privado”. Existia uma intenção de fazer com que as instituições eclesásticas não tivessem nenhuma relevância social, de maneira que as suas ações estivessem direcionadas apenas para elas mesmas, sem contribuir com o desenvolvimento da sociedade. O terceiro ponto “tem relação com o crescimento dos nacionalismos”, dos quais, nasceu uma “rejeição da autoridade papal e a resistência ante a estrutura supranacional da Igreja” (cf. CAMACHO, 1995, p. 47).

A Igreja, que tinha uma voz predominante, começou a ter a sua postura questionada, assim como seus ensinamentos, sua doutrina etc.

Até aqui, demonstramos, de maneira breve, alguns fenômenos presentes no período que antecede ao Concílio Vaticano II, fenômenos estes que levaram a Igreja a buscar formular e definir sua missão nessa sociedade moderna.

A Igreja compreendia que “um inimigo” muito maior estava surgindo, influenciando diretamente o comportamento do sujeito. De acordo com Libânio, ele “arranca do próprio seio da Igreja muito da seiva que a alimenta, apareceu-lhe como a maior ameaça a sua integridade, a sua existência” (LIBANIO, 2002, p. 10).

Aqui, reforçamos o lugar de fala que a Igreja ocupava: nada era questionado, apenas seguiam o que era determinado. Sobre esse inimigo, Libânio também afirma que ele “vestira-se de princípios, de valores, de cosmovisões que lhe questionavam em profundidade seu modo de crer, pensar, agir, organizar-se” (LIBANIO, 2002, p. 10). Tudo isso causou desconforto para a Igreja.

O conjunto de todos esses acontecimentos oportunizaram o fortalecimento e o desenvolvimento da sociedade moderna. Nesse avanço, podemos destacar três grandes marcos que influenciaram a postura da Igreja diante dessa nova organização social: o Renascimento, a Reforma e a Revolução Científica. Tais marcos são consequência das conquistas e dos avanços que a sociedade alcançou a partir dos fenômenos aqui já apresentados e foram responsáveis pelas intensas transformações em diversos âmbitos da sociedade.

Para compreendermos o Renascimento e perceber o porquê deste fenômeno ser considerado um marco que fortaleceu a ruptura da Igreja com a sociedade moderna, a Concepção de Mousnier é bastante relevante.

O Renascimento é um prodigioso florescer da vida, em todas as formas, que embora as suas maiores manifestações se tenham verificado de 1490 a 1560, não ficou delimitado dentro destes marcos. Nessa época, um afluxo de vitalidade soergueu a humanidade europeia, transformando toda a civilização deste continente. No sentido estrito da palavra, o Renascimento é este impulso vital verificado nos trabalhos espirituais. É menos uma doutrina, um sistema, do que um conjunto de aspirações, um impulso interior que renovou a vida da inteligência e a dos sentidos, o saber e a arte. Os contemporâneos pretenderam inaugurar plenamente uma nova era (MOUSNIER, 1960, p. 17).

Observando essa afirmação, e considerando todo o caminho percorrido até aqui sobre os fenômenos que emergiram na sociedade moderna, podemos constatar que o Renascimento surgiu a partir de inúmeros eventos sociais, como a consciência sobre o homem em si, a sua liberdade e autonomia, que antes estava restrita e subordinada a Deus e, conseqüentemente, ao domínio da Igreja.

Nesse processo inicial, a Igreja mostrou-se importante no incentivo das artes renascentistas e passou a utilizar tal fato a seu favor. Outro ponto que merece destaque é o declínio que a Igreja passou a sofrer. Tal momento não era de afronta, mas de incentivo, como nos aponta Contiero:

Sem dúvida, um dos motivos que levou a Igreja a se posicionar a favor do Renascimento foi uma leitura adequada dos “sinais dos tempos”, posto que era facilmente perceptível que os avanços renascentistas não poderiam ser simplesmente ignorados ou combatidos. Com isso, o mais lógico seria justamente utilizar em prol da Igreja e da religião as inovações que vieram à luz a partir do movimento (CONTIERO, 2017, p. 44).

Todo esse processo de o homem ter passado a exaltar sua autonomia contribuiu para fortalecimento da sociedade moderna. Conseqüentemente, colaborou também para a secularização dela, ao passo em que influenciou outros movimentos, como a Reforma e a Revolução Científica. Não abordaremos detalhadamente a Reforma, mas, assim como definimos o Renascimento de forma ampla, é necessário que possamos buscar compreendê-la em linhas gerais, já que foi importante na relação da Igreja com o mundo.

A Reforma Protestante se caracteriza por uma série de perturbações sociopolíticas, socioculturais e religiosas, que abalaram não somente a Igreja do Ocidente como também os Estados, que seriam profundamente afetados. Coube a Lutero personificar essas aspirações generalizadas num movimento religioso que desembocou na Reforma Protestante, responsável, mas não a única, pelo rompimento interno da Cristandade. A causa fundamental do desfecho da ruptura foi a admissão do princípio do livre exame, do critério individual na interpretação das Escrituras, que, em grande parte, resume as principais aspirações tanto do humanismo quanto da Renascença. Até então, partia-se do pressuposto que a razão não é individual, mas coletiva (BRIGHENTI, 2016, p. 26).

Como percebemos, as aspirações do pensamento humanista priorizaram e incentivaram o desenvolvimento do saber, principalmente individual. Desse modo, acabou influenciando o pensamento religioso e sua liberdade, que foram um estímulo para as inquietações individuais de Lutero: *Sola fide, Sola gratia, Sola Scriptura*.

Ao considerar que o verdadeiro cristianismo era baseado exclusivamente na “Fé”, na “Graça”, e na Escritura”, Lutero buscou tirar da religião cristã aquilo que não se encontrasse expressamente exposto na Escritura, ou seja, tudo que fora fruto da Tradição que o Catolicismo estabeleceu desde sua origem e que, de certo modo, encontrava explicações e respaldo na cultura greco-romana (CONTIERO, 2017, p. 51).

Em contraposição a essa postura, como demonstra Libânio “a Igreja católica, responsável por conservar uma longa tradição e muitas tradições, viu-se mais uma vez questionada em sua raiz. Refugou, de novo, esse avanço da modernidade subjetiva e individualista que lhe batia à porta” (LIBANIO, 2002, p. 15).

O supracitado teórico ainda explana que:

Os aspectos objetivos, a autoridade do magistério, a prática externa dos sacramentos são reforçados em oposição à liberdade religiosa individual, à valorização das experiências pessoais e ao critério subjetivo da verdade. Assim, a Igreja católica cria uma consciência de si marcada pela exterioridade e visibilidade, em oposição à suposta indefinição dos contornos eclesiais dos reformadores (LIBANIO, 2002, p. 15-16).

Diante disso, a Igreja católica se fechou mais uma vez à modernidade, uma vez que considerava o movimento e sua postura mais uma ameaça à sua hegemonia e ao que havia sido construído a respeito do seu papel na conjuntura social. Contudo, de modo geral, a igreja não havia ainda refletido sobre qual o seu papel no mundo, em especial, no mundo contemporâneo.

Alguns pensadores começaram a elaborar reflexões acerca do comportamento da sociedade e do homem. Partindo daquilo que é apresentado por Copérnico e Galileu, a Igreja, mais uma vez, sentiu-se ameaçada e agiu fechando-se as reflexões elaboradas por estes.

Copérnico é um homem do seu tempo, fruto do Renascimento em todas as suas dimensões. Seu objetivo era explicar o movimento dos planetas a partir de uma fórmula matemática que fosse clara e simples, ao contrário das até então inquestionáveis definições ptolomaicas, sendo que essas eram baseadas em Aristóteles. Com a retomada da circulação de textos antigos, muito deles vindo do oriente, Copérnico teve contato com correntes de pensamentos pitagóricas e platônicas que propunham que a Terra estava em movimento (CONTIERO, 2017, p. 56).

A partir das suas inquietações e observações, Copérnico elaborou a teoria de que o sol é o centro do universo e não a terra, de maneira que é o planeta que gira em torno do astro e não o contrário. Tais afirmações, inerentes ao modelo heliocêntrico, tornou possível que algumas situações, até então sem soluções, pudessem ser solucionadas, expandindo ainda mais a possibilidade de construção de novos conhecimentos.

Faz-se importante frisar que, no início, havia uma aceitação por parte da Igreja quanto a teoria elaborada por Copérnico, sinalizando uma abertura aos avanços que estavam presentes na sociedade moderna. Porém, com o desenvolvimento do movimento da contrarreforma, cujo objetivo era frente ao protestantismo, a igreja católica mudou a sua postura, uma vez que tais elucidações teóricas passaram a ser entendidas como uma ameaça à teologia (Cf. CONTIERO, 2017, p. 56).

Todo esse processo de enfrentamento, ou fechamento, da igreja frente a sociedade moderna, ganhou forças com Galileu Galilei.

Esse afastamento se torna ainda mais irreversível com Galileu que por meio do uso do telescópio expandiu o pensamento de Copérnico e o proveu de argumentos fundamentados em análises materiais. Fora isso, o uso do telescópio possibilitava analisar o céu por meio de técnicas científicas, não apenas como espaço transcendente” (CONTIERO, 2017, p. 56).

Pelo excerto acima, percebe-se qual campo foi atingido por Galileu. Sobre isso, Libânio reforça que:

O processo contra Galileu, no fundo, não foi uma simples questão científica, mas estava em jogo uma questão religiosa. Invocava-se a autoridade de uma nova física demonstrativa formulada em linguagem matemática em oposição ao milenar conúbio cultural entre o cristianismo e a antiga imagem ptolomaico-aristotélica do mundo (LIBANIO, 2002, p. 18-19).

Diante da proposta de observação levantada por Galileu, que se uniu à teoria de Copérnico, a Igreja adotou a visão de que era necessário combater as citadas teorias, pois colocava em risco a fé, gerando, assim, uma certa ruptura entre a religião e a ciência. A Igreja que, na Idade Média foi incentivadora da conhecimento científico, passou a ocupar uma posição de oposição. De acordo com Libânio, “o caso Galileu significou mais um conflito entre a Igreja e a modernidade científica”.

Esta nova concepção de ciência, de pensar livre, questiona uma Igreja fechada na autoridade da Tradição e da Escritura literalmente entendida. Introduzindo um novo método e afirmações aparentemente contraditórias à tradição filosófica e religiosa. [...] Esse processo foi, portanto, muito mais complexo que uma simples condenação do heliocentrismo. Tornou-se ponto de referência entre

dois mundos, dois modos de pensar, duas cosmovisões. O caso Galileu significou mais um conflito entre a Igreja e a modernidade científica (LIBANIO, 2002, p. 19-20).

Até esse ponto da discussão, buscamos demonstrar em qual contexto estava inserida a Igreja para que o Concílio Vaticano II despertasse e provocasse a reflexão a respeito de sua missão *ad extra*. No entanto, antes de aprofundarmos esse ponto, ainda se faz necessário mencionar a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa foi um evento histórico ocorrido na França, entre 1789 e 1799. Ela inspirou-se nos ideais iluministas que defendiam que a autoridade deveria basear-se na razão. Tais convicções, como liberdade e constitucionalismo, eram fortes defensores da separação entre Igreja e Estado, do método científico e opositores da monarquia absolutista.

A Revolução Francesa ocasionou uma série de transformações em seu país de origem, que findaram se espalhando pelo mundo. Como marcos, podemos destacar o fim dos privilégios da aristocracia (nobreza e clero) na França e a popularização da ideia de separação dos poderes. Triunfada pelo pensamento iluminista, a Revolução Francesa é um estímulo para o fechamento da Igreja frente a sociedade moderna.

Contudo, o avanço das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, defendidos pelos iluministas vai encontrar seu ápice na Revolução Francesa. [...] A revolução afetou ainda mais a relação da Igreja com a sociedade moderna, causando uma ruptura definitiva. (CONTIERO, 2017, p. 64).

Nessa primeira subseção conhecemos elementos que ajudam a compreender o conflito Igreja –Mundo moderno. Percebemos que as transformações ocorridas nos pensamentos e comportamentos do ser social são decisivas para a instalação desse conflito. Iniciamos a discussão explanando sobre o modo de compreender o sujeito como agente transformador, que saiu da dependência e subserviência que limitava o seu crescimento e iniciou um novo agir na sociedade moderna. Essa última é consolidada por fenômenos como a industrialização, o capitalismo e o liberalismo, que acirraram ainda mais o entrave entre a Igreja e o mundo, assim como o Renascimento, a Reforma e a Revolução Francesa.

## **1.2 Os processos de renovação da relação Igreja-Mundo**

Diante do percurso realizado até aqui, em que apresentamos um breve panorama de como surgiu o conflito Igreja-Mundo, destacamos que, mesmo com os processos de fechamento da Igreja para com a sociedade moderna, ela, a Igreja, não teria condições de impedir que os seus sujeitos eclesiais tivessem contato com o novo que se apresentava.

Começaram a surgir movimentos que influenciaram a postura do sujeito eclesial. Toda a mudança que estava ocorrendo na sociedade conduzia o sujeito a reconhecer a sua autonomia de também ser agente transformador. Tais mudanças passaram a adentrar na Igreja, iniciadas por aqueles que aderiam aos movimentos de renovação.

A modernidade clama forte fora dos muros da Igreja Católica. Penetra em profundidade o mundo protestante. Sem viver a mesma interdependência e intercomunicação, a Igreja católica defronta-se cada dia com o mundo moderno nas suas mais diversas formas. Este vai lentamente, água mole em pedra dura, tanto bate que termina por penetrar-lhe o interior através de muitos movimentos (LIBÂNIO, 2002, p. 37).

De acordo com Libânio, o sujeito moderno adentrou lentamente na Igreja através dos já mencionados movimentos, que se mostraram fundamentais para abertura dessa no que diz respeito ao que estava crescente na sociedade. Aliado a isso, os processos históricos também se apresentaram como fatores que impulsionavam tal abertura no espaço eclesial. Sobre isso, Libânio considera a existência de sete movimentos que ajudaram a desencadear uma nova postura da Igreja. Passos concorda com Libânio ao afirmar que:

[...] num movimento de força que veio de fora para dentro da Igreja, a Igreja foi se “modernizando” gradativamente, mesmo que por uma pressão indesejada e, com frequência, condenada como perniciosa para a fé. Os movimentos de renovação da liturgia, dos estudos bíblicos e patrísticos, o movimento ecumênico e a própria ação do laicato se fizeram cada vez mais ativos na Igreja [...] (PASSOS, 2014, p. 42).

Esses diversos movimentos levaram para dentro da igreja aquilo que, por um período da história, buscou-se evitar a todo custo. Dessa maneira, poderíamos ler esses acontecimentos e considerar que, longe do olhar da hierarquia (que estava preocupada com a sua imagem, o lugar que ocupava na sociedade e o seu *status*),

gradualmente o sujeito que estava na base começava a se organizar e se fortalecer na busca de alcançar uma Igreja mais aberta.

Os movimentos de renovação que Libânio considera são: Movimento Bíblico, Litúrgico, Ecumênico, Missionário, Leigo, Teológico e Social. Não faremos aqui uma abordagem detalhada, mas buscamos deixar claras quais as contribuições e influências que esses processos assumiram na abertura da Igreja para essa relação com o mundo (cf. LIBANIO, 2005, p. 21).

O Movimento Bíblico tem sua marca a partir da Reforma Protestante. A Igreja havia se fechado à possibilidade do contato do leigo com os Textos Sagrados ao se sentir ameaçada por essa autonomia do sujeito, de pensar e chegar a conclusões a respeito dos escritos que tinham impacto na doutrina.

De acordo com Libânio, “faz remontar-se à segunda metade do século XIX a primeira fase do movimento, levada pelo mundo protestante, quando se assumem as descobertas da arqueologia bíblica na Mesopotâmia e no Egito” (2005, p. 23).

Partindo disso, observamos que a racionalidade científica começou a atravessar os textos sagrados, ao passo em que a modernidade adentra no mundo bíblico católico, influenciada por três fatores, como nos afirma Libânio.

A modernidade entrou no mundo bíblico católico, transformando-o em profundidade. Ela gestou aí dentro um sujeito moderno. E ele se construiu ao longo de quase um século pela influência de três fatores principais: o contato com a ciência, a compreensão bíblica e a influência da subjetividade (LIBANIO, 2005, p. 23).

A entrada da modernidade, ou do sujeito moderno, não ocorrerá de forma livre. O Movimento Bíblico sofrerá um impedimento de progresso com as condenações de Pio X e o conseqüente enfraquecimento, mas não desaparecerá. Isso porque Pio X manteve a compreensão de que a interpretação bíblica deveria ficar a cargo do magistério eclesiástico.

O movimento bíblico católico sofreu um revés durante o pontificado de Pio X, principalmente após as condenações ao modernismo e da distinção que fez entre exegese de cunho teológico-pastoral das interpretações exegéticas fundamentadas em aspectos críticos e/ou científicos. Em suma, Pio X reafirmou o ensinamento de Trento, já muito expresso no século anterior, de que a interpretação bíblica deve ficar a cargo exclusivamente do magistério eclesiástico (CONTIERO, 2017, p. 110).

O excerto acima ilustra a freada que o movimento sofreu. Apesar disso, mesmo diante das condenações e dos impedimentos, desenvolveu outros contornos. Isso, mais tarde, mostrou-se favorável, desde a postura de Bento XV frente ao movimento, até a forma como o Cardeal Bea conduziu o *Pontifício Instituto Bíblico* de 1930 a 1949, que foi fundado por Pio X para fazer frente ao avanço do modernismo sobre a exegese.

Cada vez ficava mais evidente que a abertura ao “sujeito moderno” era necessária. Não poderia ser compreendida como uma ameaça, mas como uma contribuição para que a Igreja realizasse a sua missão na sociedade. No entanto, é com o pontificado de Pio XII que essa abertura ao movimento bíblico encontra um maior apoio, inclusive, após a encíclica *Divino afflante Spiritu* (1943).

De acordo com Contiero, a Encíclica

[...] pode ser compreendida a partir de uma dupla perspectiva. Por um lado, reforça que cabe ao magistério eclesiástico fornecer a interpretação correta à Sagrada Escritura. Porém, por outro lado, aceita os avanços da arqueologia moderna, bem como que se interprete o sentido literal do texto (CONTIERO, 2017, p. 113).

Nessa mesma linha de compreensão, sobre a contribuição de Pio XII, a importância da encíclica para o fortalecimento do movimento bíblico e a abertura para o sujeito moderno, que passou a se utilizar de caminhos e ferramentas proporcionadas pela modernidade, Libânio afirma:

Pio XII, na encíclica *Divino afflante Spiritu* (1943), mostrara a abertura para os diferentes sentidos da Bíblia, os gêneros literários, a liberdade de investigação científica no campo bíblico, o estudo das línguas antigas, da arte, da arqueologia, da história antiga na interpretação bíblica (LIBÂNIO, 2005, p. 24).

O autor citado ainda reforça como o *Pontifício Instituto Bíblico* impulsionou também essa abertura, visto que “assumiu com coragem esses avanços no campo da ciência e da linguística, tornando-se referência de ponta para os estudos bíblicos na Igreja Católica” (LIBÂNIO, 2005, p. 24).

Aqui, o sujeito moderno já penetrava no ambiente da Igreja e enfrentava, sem receios, os desafios da ciência. Esse confronto acontecia por se tratar do crescimento de interesse do sujeito em se tornar ativo na sociedade, o que necessariamente incluía a Igreja e também a Sagrada Escritura.

Como podemos perceber, o movimento bíblico conseguiu interferir em uma estrutura que se acreditava já estar consolidada, quando havia a crença na ideia de que o magistério eclesiástico era o único detentor da interpretação. Nesse ponto, tornou-se possível vislumbrar uma nova postura: a saída da dependência para uma autonomia do sujeito moderno.

Muito próximo ao Movimento Bíblico estava o Movimento Litúrgico. Esse último originou-se no século XIX e também encontrou resistência em decorrência do contexto gerado a partir da Reforma Protestante, bem como a partir da promulgação do Missal Romano por Pio V. Tratava-se praticamente do único manual que era usado nas Igrejas do Ocidente e qualquer possibilidade de atualização dos ritos esbarrava na ameaça de condenação.

De acordo com Libânio

O ponto-chave do movimento consiste em desenvolver uma espiritualidade comunitária, ressuscitando a força das celebrações e tempos litúrgicos, em oposição ao individualismo religioso reinante, estribado em devoções particulares (LIBÂNIO, 2002, p. 51).

Nesse aspecto do individualismo reinante, Libânio aponta que o Movimento Litúrgico buscava se desenvolver para fazer frente ao protestantismo, que era fortemente individualista, e, também, ao pietismo católico.

Era muito presente a compreensão marcada em Trento em torno da Liturgia, pelo elemento da sacralidade, que era expressamente assegurado pelo mistério e pelo uso do latim. Retomando o que já mencionamos aqui, o magistério eclesiástico também era o único que podia dirigir-se a Deus.

Tratava-se de um rito que era essencialmente clerical, ou seja, fundamentado na pessoa do sacerdote que celebrava na pessoa de Cristo (*in persona Christi*), cujo lugar no Presbitério simbolizaria a “ponte” entre os fiéis leigos e Deus, ao qual apenas – ou ao menos majoritariamente – o padre poderia se dirigir em sussurros, reforçando o aspecto sacro e misterioso da missa (CONTIERO, 2017, p.115).

Aos fiéis, em especial durante as celebrações da missa, cabia apenas se entregar às devoções: reza do terço e outras orações devocionais. Essa maneira de agir ajudou a impulsionar o desenvolvimento do Movimento Litúrgico, como expõe Libânio “não era raro que os fiéis se entregassem às suas devoções – reza do terço,

meditação das estações da via-sacra e outras orações piedosas – enquanto o sacerdote rezava em latim as orações leituras da missa” (LIBANIO, 2005, p. 26).

A passos lentos, porém satisfatórios, o supracitado movimento vai levando, para dentro da igreja, reflexões sobre o mistério que se celebrava, ao mesmo tempo em que se suscitava um novo olhar a respeito de como o sujeito pode contribuir e participar efetivamente dessas celebrações. Com isso, gradualmente, e a partir dessa abertura que se desejava, foi-se desenhando uma nova relação da igreja com o mundo. Ainda é importante lembrar que essas inquietações surgiram na base, do baixo clero e por leigos, que podem ter dado certa sustentabilidade ao movimento, mesmo diante das resistências que surgiam.

Esse caminho de persistência do movimento ganha mais estabilidade com Pio XII, na encíclica *Mediator Dei* (1948).

A entrada de Pio XII no movimento se faz através da encíclica *Mediator Dei* (1948) em nítido contraste com o imobilismo e rubricismo da Congregação Romana dos Ritos, defensora da intangibilidade da liturgia. O papa proclama o valor espiritual e pastoral da liturgia. Incentiva assim o movimento litúrgico (LIBANIO, 2002, p. 53).

Partindo disso, o movimento avançou a partir de passos que, mesmo pequenos, foram de extrema importância para a construção do que se desejava tornar presente na vida da Igreja. Sobre isso, Libânio assevera que as evoluções, mesmo que aparentemente modestas, se apresentavam de uma forma nova, permeada pelo clima de novidade, que acendia um novo pulsar na Igreja e que transformaria, também, a relação desta com o mundo moderno.

Os processos de renovações continuaram acontecendo e impulsionando a abertura da Igreja. Outra renovação importante foi o Movimento Ecumênico, que trouxe para a Igreja uma contribuição no seu processo de evangelização. De acordo com Libânio, “o movimento ecumênico pode datar seus inícios em 1910, quando coincidentemente também o movimento litúrgico encetava seu caminho. Ele nasce dentro de um cristianismo cindido de longa data” (LIBANIO, 2002, p. 55). Portanto, esse movimento germinou fora dos muros da Igreja Católica.

Observando a existência de uma divisão entre os seus, alguns missionários protestantes começaram a perceber que tal atitude dificultaria o anúncio da fé. Surgiu, dessa maneira, a necessidade de criar a possibilidade de unidade ou um

empenho comum na evangelização cristã. Essa evangelização deveria conseguir superar as diferenças doutrinárias. Nascia, então, o Movimento Ecumênico.

Essa iniciativa, de início, não contou com a participação dos católicos, apenas dos protestantes. Pio IX, em 1864, proibiu os católicos de participarem de reuniões que visavam a união dos grupos cristãos.

A distância e ausência da Igreja Católica no Movimento Ecumênico foi gradativamente superada. Segundo Libânio, Pio XI, em *Mortalium animos* (1927) apoiou a “verdadeira união religiosa”. Observa-se, porém, que “a única verdadeira Igreja de Cristo” é a Igreja Católica, por isso, o movimento ecumênico deveria ter como o objetivo apontar que “o único caminho para a união das Igrejas é o retorno a única verdadeira Igreja de Cristo daqueles que dela se separaram” (LIBANIO, 2002, p. 31).

As aberturas ao movimento foram progredindo e a Congregação do Santo Ofício instruiu sobre a participação de católicos em reuniões e congressos ecumênicos:

Em 20 de dezembro de 1949, a Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício baixou instruções sobre a participação de católicos em reuniões e congressos ecumênicos. Apareceu já uma certa abertura, embora predominassem a teologia do retorno e o temor do “irenismo”, ao lado de preocupações para que somente sacerdotes com aprovação e vigilância da autoridade eclesiástica e bem formados teologicamente participassem de tais encontros (LIBANIO, 2005, p. 31).

O autor acrescenta:

O Santo Ofício, em documento especial, em 1949, reconhece que o movimento ecumênico deriva da inspiração do Espírito Santo e é uma fonte de santa alegria ao Senhor para os católicos. Estes devem participar de esforços de outros cristãos seriamente, em caridade e oração e, em condições restritas, especialistas católicos podem participar em discussões sobre fé e moral com outros cristãos. No entanto, os católicos devem evitar o indiferentismo religioso e permanecer firmes na visão de que as outras igrejas devem voltar à Igreja católica romana (LIBANIO, 2002, p. 58).

Com isso, ocorreram aberturas ao diálogo com as outras denominações cristãs, criando um clima diferente, de respeito ao outro e de reconhecimento da

diversidade religiosa. Não podemos deixar de mencionar que, em 1960, João XXIII criou o Secretariado para a União dos Cristãos.

Na renovação em curso na postura do sujeito e que, gradativamente, foi adentrando na Igreja, tivemos o Movimento Missionário. Os missionários, ao serem enviados, já portavam a mensagem pronta. Não havia a possibilidade de levar em consideração a cultura e o modo de crer já existente no local que visitariam. O objetivo dos missionários era anunciar “a sua verdade”, a salvação que acontecia através do que eles anunciavam.

Ademais, alguns fatos desencadearam uma revolução na concepção de evangelização que assumiam os missionários. Podemos citar a descolonização da África e da Ásia, assim como outras independências que surgiram a partir da autodeterminação dos povos, manifestando-se, assim, uma nova consciência e uma valorização da sua cultura de origem. Com isso, ocorreu o fechamento e a recusa ao etnocentrismo europeu.

A Europa percebeu a necessidade de uma adaptação e do desenvolvimento de um melhor diálogo com as diversas experiências religiosas. Com isso, olhar para a antropologia cultural findou sendo uma influência aos missionários. Criou-se uma consciência de participação que ganhou espaço e deu visibilidade a uma nova prática teológica.

Aconteceram processos de renovação em praticamente todos os envolvidos na organização eclesial. Aqui destacaremos, também, o Movimento Leigo, que foi um movimento de grande influência na postura do sujeito, justamente por ele não ser mais visto apenas em um papel de submissão e de inferioridade. Nesse ponto, o sujeito era presença ativa que ajudava a pensar e organizar a estrutura da Igreja.

Ironicamente se dizia que a participação dos leigos na celebração da missa era na hora da coleta, ao meter a mão no bolso para fazer a oferta monetária. No máximo, cumpriam serviços menores. As organizações de leigos eram ou para o cultivo espiritual pessoal, como o Apostolado da Oração, ou para o apostolado como a Congregação Mariana, mas não interferiam na organização mesma da vida eclesial (LIBANIO, 2005, p. 35).

É no Movimento Leigo que podemos perceber, com maior clareza, a entrada da modernidade no interior da Igreja católica. Aqui, citamos a Ação Católica

enquanto símbolo da inserção dos leigos na ação da Igreja. Libânio, ao mencionar a Ação Católica, diz a respeito de seus objetivos que:

Essa partiu de uma intenção primeira de serem os leigos a presença da hierarquia, recebendo dela o mandato e participando de sua responsabilidade num mundo hostil ou indiferente à Igreja. Terminaram, porém, por introduzir a modernidade dentro da Igreja (LIBÂNIO, 2005, p. 35).

A concepção clerical inicial, que separava o leigo do clero, foi sendo modificada. Com isso, introduziu-se dentro da Igreja, através da participação dos leigos, os problemas modernos, que, até então, muitas vezes eram deixados de lado. A Ação Católica claramente demonstrou essa nova forma de contribuição dos leigos e, sobre isso, Libânio acrescentou que:

A Ação Católica sintetiza, não sem tensão, dentro de si, a dupla função do leigo. Na sua forma de apostolado para cada meio específico, ela leva os seus membros a comprometerem-se com os problemas existentes no próprio ambiente. Por uma evolução lógica, terminaram assumindo compromissos seculares no mundo para evangelizá-lo até o engajamento político. É o leigo atuando no mundo. Mas, por sua vez, para cumprirem tal missão, os leigos requerem formação espiritual, teológica. Envolvem-se com problemas internos da Igreja sobretudo no campo da liturgia e da reflexão teológica. É o leigo participando no interior da Igreja (LIBÂNIO, 2002, p. 59).

Como podemos observar pelo enunciado acima, surgiu, então, um “novo” leigo. A partir da assimilação do conhecimento, adquirido na sua busca pela formação teológica com a sua prática, o leigo saiu do lugar que foi em que havia sido colocado, de submissão e inferioridade, e passou a ocupar o espaço de agente participativo do processo de construção da caminhada eclesial. A partir dessa mudança, seu papel não é era mais de simples “receptor” da mensagem do clero, mas sim de um participante ativo.

Houve também o Movimento Teológico. Recordemos que a Teologia não tinha como finalidade pensar sobre os novos problemas que surgiam no mundo moderno., pois estava definitivamente submissa e a serviço da autoridade eclesiástica. Existia, pois, uma necessidade de se abrir, sair do engessamento e olhar para a realidade percebendo os avanços e a necessidade de uma postura ativa frente aos problemas emergentes.

A chamada *nouvelle théologie* foi a expressão madura do novo sujeito moderno [...] vinha sendo preparada pela renovação teológica da Escola de Tübingen, do século XIX, pelo surto teológico nos inícios do século XX, condenado sob o nome de “modernismo”, e pelo movimento querigmático de Innsbruck durante o entre guerras. A Escola de Tübingen, cujos inícios remontam a 1817, buscava um diálogo com o romantismo e o idealismo alemães, expressões significativas da modernidade (LIBANIO, 2005, p. 38).

Percebemos que a “nova teologia” tentava assumir uma postura de diálogo com a modernidade e com a ciência. Havia uma preocupação com esse aspecto porque os questionamentos a respeito da base teológica do cristianismo estavam sendo discutidos e analisados pelos próprios membros da Igreja. Neste contexto, tivemos as condenações de Pio X às inovações teológicas, na tentativa de frear o movimento, considerando-o como “suma de todas as heresias” e expressas em dois documentos: *Lamentabili e Pascendi*, em 1907.

O movimento teológico, de acordo com Libânio, vai trazer alguns traços da modernidade para dentro do fazer teológico.

A dimensão de sujeito, as experiências do homem moderno, a ciência, a história, a literatura, a filosofia, uma compreensão global da existência, o caráter vital, traços tão característicos da modernidade, apareciam no programa do novo movimento teológico. Além disso, esse movimento resgatou do modernismo, condenado por Pio X, o uso dos métodos crítico-históricos na interpretação da Escritura (LIBANIO, 2005, p. 39).

Conforme escreveu o citado autor, através de o padre J. Daniélou e suas reflexões é que esses traços se tornaram visíveis dentro da teologia. Libanio apresenta o que Daniélou resumiu a respeito de como a ‘Nova Teologia’ deveria agir, que é “tratar Deus como Deus e não como objeto” na pesquisa.

Além disso, a teologia deveria ter uma postura de melhor aceitação dos novos desenvolvimentos que aconteciam no mundo e na ciência, os quais trouxeram elementos positivos até mesmo para a pesquisa teológica. Fazia-se muito importante, também, para um melhor avanço, que a teologia não ficasse apenas no campo no conhecimento. Era preciso ter uma atitude concreta, também voltada para a prática e que se atentasse para a realidade e para os interesses e problemas sociais.

O movimento teológico enfrentou diversas dificuldades. Desde a “nova teologia” iniciou-se um processo de compreensão de que a ação de Deus poderia ser percebida na sociedade e não apenas nas questões estritamente religiosas, o que fez surgir mais embates e tentativas de frear o movimento. Diante disso, os teólogos tradicionais buscaram se movimentar contra aqueles vinculados a “nova teologia”, até que Pio XII se mostrou, também, contrário a ela e publicou a encíclica “*Humani generis*”, de 1950.

Libânio afirma que “ainda que o papa tenha sido matizado e prudente em suas condenações, o efeito psicológico e prático desse documento pontifício ultrapassa de longe suas afirmações” (LIBÂNIO, 2002, p. 41). Isso demonstra que tais condenações não foram suficientes para barrar o movimento, que ganhava, cada vez mais, espaço dentro da Igreja.

Por fim, e não menos importante, dentre os demais movimentos no processo de renovação, temos o Movimento Social. Como já mencionamos durante todo o caminho percorrido até aqui, a sociedade vivia fortes tensões que dificultavam a abertura para o que se constituía fora dos muros do absolutismo eclesiástico e político. Todo esse modo de se comportar intensificou as tensões, como a existente entre a modernidade com o pensamento liberal e os ultramontanos, que se atinham ao poder pontifício. Assim, travou-se uma batalha entre o sujeito existente, que era defendido nas posições da Igreja, contra o novo sujeito que estava em construção na sociedade.

De acordo com Libânio, é com Pio XII que aconteceu uma abertura, no campo político, com a modernidade, tendo como impulso os valores da democracia expostos pelo Papa. O movimento social, segundo Libânio, trouxe uma nova postura da sociedade, percebendo a realidade que estava presente e que necessitava de uma abertura para o diálogo.

No campo da política, Pio XII abriu o diálogo com a modernidade. Deu um grande passo no campo político ao reconhecer, na radiomensagem do Natal de 1944, os valores da democracia, expressão máxima da modernidade política. [...] Pelo menos no discurso, a Igreja se reconciliava com o mundo moderno no reconhecimento da democracia (LIBÂNIO, 2005, p. 44).

E acrescenta:

O movimento social trouxe sua novidade com a elaboração da doutrina social da Igreja. Por meio dela, a Igreja Católica aceitou dialogar com “as coisas novas”, como designou Leão XIII ao que estava acontecendo no mundo moderno, ao iniciar a construção dessa doutrina. Com efeito, costuma datar-se seu começo com a encíclica *Rerum novarum* de Leão XIII, em 1891 (LIBANIO, 2005, p. 44).

A encíclica *Rerum novarum* é considerada como o primeiro documento da Doutrina Social da Igreja. Nela, encontra-se a abordagem dos problemas que derivaram da sociedade industrial. De acordo com Camacho, a encíclica parte “de uma situação: a classe operária, como consequência da industrialização”, e busca apresentar uma proposta de solução para a questão social.

Na realidade, a *Rerum novarum*, não pretende solucionar esta complexa questão, tão debatida naquela época, da promoção da ideologia liberal e das formas de organização política dela derivada. A encíclica deseja apenas expor a contribuição da Igreja para a solução da questão social (CAMANHO, 1995, p. 72).

Segundo Camacho, a questão em debate na encíclica era mostrar qual a missão da Igreja na sociedade e o seu papel na defesa das questões sociais. Para ele, na encíclica, fica evidente como a Igreja deve contribuir na solução dos problemas societários. Ajudando a entender as contribuições, ele observa a existência de três núcleos: o doutrinal, as orientações sobre a vida e os costumes e a ação da Igreja em favor das classes proletárias.

Outras encíclicas foram escritas para ajudar na concretização do objetivo diante da questão social. Como já mencionamos, Pio XII assumiu, também, uma abertura social, que veio dos próprios ensinamentos da Igreja. Frente ao que estava presente, os regimes ditatoriais, a Igreja se sentiu colocada à prova e começou a ajudar na discussão sobre o sujeito, quando abordava o ser pessoa.

Na base do ensinamento de Pio XII está a concepção da pessoa. Longe de ser objeto, joguete de políticos, ou elemento passivo da vida social, é, pelo contrário, e deve ser e permanecer seu sujeito ativo e responsável, fundamento e fim. Os cidadãos têm o direito de ser escutados por aqueles que os governam (LIBANIO, 2002, p. 45).

Ficou claro que era necessária uma participação, uma mudança nas estruturas, de maneira que todos os envolvidos pudessem contribuir de forma ativa

na construção da sociedade. Esse pensamento de abertura e de diálogo foi o estímulo para o momento em que a Igreja estava em preparação para o Concílio Vaticano II.

Todos esses movimentos de renovação são importantes no processo de abertura e diálogo da Igreja com o mundo moderno. Cada um a seu modo, dentro do ambiente em que surgia, e não obstante as tensões e ambiguidades, foram abrindo a Igreja ao mundo moderno, processo que vai se consolidar com o Concílio Vaticano II.

### **1.3 O Concílio Vaticano II e o diálogo Igreja-Mundo**

Abordamos, até aqui, alguns momentos e movimentos que antecederam o Concílio Vaticano II. Esse caminho percorrido foi necessário para termos uma visão, mesmo que remota, de como se encontrava a relação Igreja-Mundo. Como vimos, os embates constantes entre a Igreja e a sociedade foram amenizando a partir de pequenos gestos de abertura por parte da referida instituição. Além disso, os movimentos de renovação que foram ganhando espaço assim como o envolvimento dos leigos dentro dos espaços da igreja, incitaram a construção de novas atitudes.

A partir desses movimentos de renovação, chegamos ao Concílio Vaticano II, que se apresentou como uma enorme surpresa, pois, para muitos, com as decisões acerca do dogma do primado do Romano Pontífice e da infalibilidade do magistério pontifício no Vaticano I, não haveria necessidade de outro concílio.

Por isso, ao longo de toda a primeira metade do presente século, assistimos a uma incessante busca de novas formas de entendimento da Igreja com a sociedade moderna. O movimento bíblico, o movimento litúrgico, o movimento ecumênico etc. pretendem uma volta à Tradição mais autêntica e original, em busca não apenas de revitalização interior da Igreja, mas também de novos recursos para sair ao encontro do homem moderno (CAMACHO, 1991, p. 246).

Tudo isso refletia o desejo de que a Igreja fosse mais aberta à sociedade, compreendendo a necessidade de um caminhar junto. Já os leigos, continuaram se engajando na vida social e política, produzindo um terreno fértil, pode-se dizer, para o Concílio Vaticano II.

O citado Concílio foi anunciado pelo Papa João XXIII no dia 25 de janeiro de 1959. As preparações tiveram início naquele mesmo ano e duraram até outubro de 1962. Após toda a movimentação nos diversos setores da Igreja, sua abertura foi em 11 de outubro de 1962.

Antes de mais nada, o Vaticano II foi um acontecimento histórico: foi a passagem oficial de uma forma de entender a Igreja, sua atitude em relação à sociedade, e seu lugar dentro dela, para outra mais consequente com o irreversível fenômeno da modernidade (CAMACHO, 1991, p. 247).

Nessa perspectiva, Brighenti reforçou a importância do momento e como este causou um desconforto a partir de seu anúncio, graças ao seu formato e aos caminhos desejados pelo Papa. O autor citado pontua que João XXIII se caracterizava por ter uma visão positiva e otimista diante do mundo. Isso em alusão à visão e à atitude que estava fortemente presente na Igreja, desde o período da neocristandade.

Ele queria um concílio não para concluir o inacabado Vaticano I, como muitos esperavam, mas que fizesse uma transição de época, a passagem da “era tridentina” e, em certa medida, da plurissecular “era constantiniana”, para a era moderna. Era hora de “abrir portas e janelas e deixar entrar o ar fresco” de um mundo contra o qual a Igreja havia lutado durante quase cinco séculos (BRIGHENTI, 2016, p. 09).

Era visível a urgência da atuação da Igreja no tempo e na sociedade em que esta estava inserida. Os movimentos de renovação já haviam antecipado a necessidade de uma renovação nas pautas da instituição em seu diálogo com o mundo. Assim, a sensibilidade de João XXIII se uniu a esse “novo ar” e sinalizou que, no seio da Igreja, algo seria convidado a mudar: a sua atuação e a relação com o mundo. Esse convite ficou, inclusive, visível no seu discurso realizado na abertura do Concílio.

De acordo com Libânio, “quatro eixos principais estruturaram o discurso”. No primeiro eixo, uma visão de “esperança e de antevisão de uma ordem de relações humanas” que, unidas, “se encaminham para o cumprimento dos seus desígnios superiores e inesperados, e tudo, mesmo as humanas diversidades, converge para o bem da Igreja” (LIBANIO, 2005, p. 65). Fazendo alusão àqueles que só anunciam

as negatividades, as desgraças e esquecem de perceber aquilo que é bom e contribui para o crescimento do todo, o segundo eixo se intitula a “hermenêutica da verdade revelada”. Ao olhar o tempo presente, refletia sobre a importância de as verdades de fé não serem apenas repetidas, mas “repensá-las para o homem e a mulher de hoje”.

O terceiro eixo é uma “atitude de compreensão e diálogo” frente aos acontecimentos na sociedade. Era necessário apresentar a validade da doutrina e não a condenação dos erros. Já o último eixo reflete “a promoção da unidade dos cristãos e da humanidade”, demonstrando que a união entre todos era necessária para que a paz se fizesse presente e se tornasse real na sociedade. O discurso de João XXIII animou aqueles que desejavam e buscavam uma renovação na Igreja (cf. LIBANIO, 2005, p. 65-66).

Todos passaram a esperar que o Concílio viesse trazer um ânimo novo que penetraria todas as estruturas da Igreja. Já o seu simples anúncio despertara os mais variados setores. Parecia visível o sopro renovador do Espírito que perpassava toda a Igreja de Cristo (VALENTINI, 2011, p. 16).

João XXIII foi bem claro nos objetivos do Concílio, pois desejava uma profunda mudança no seio da Igreja Católica. Em seu discurso, também é notório o desejo de um concílio de ‘cunho pastoral’ e não doutrinário. Sua intenção era de que a Igreja olhasse para a história e agisse nela, mantendo a fidelidade à sua identidade. Libânio ainda aponta que o discurso de abertura do Concílio ecoou a promoção de uma abertura da “doutrina tradicional ao pensamento moderno”, como também a “promoção da unidade da família cristã e humana”.

O Papa traçou o objetivo do Concílio: retornar a doutrina da Igreja, recebida de Cristo, e expô-la numa linguagem nova, mais inteligível aos homens de hoje, mais de acordo com as exigências atuais. Dar roupagem nova a uma doutrina antiga. Ir ao encontro do homem atual. Este o grande objetivo a que o Concílio se propunha (VALENTINI, 2011, p. 22).

Partindo disso, entende-se que o concílio tem um “cunho pastoral” por se voltar à compreensão de que a Igreja tem sua missão e ação evangelizadora na sociedade. Por ser uma dimensão de ação da Igreja, além da pastoral, outros fatores, como afirma Libânio, fazem parte desse momento: “ecumênico, diálogo e o

*aggiornamento*” (LIBANIO, 2005, p.67). João XXIII não queria um concílio que tivesse respostas para todos os problemas presentes na sociedade, mas desejava renovar a Igreja de forma que contemplasse às duas esferas, *ad intra* e *ad extra*, fosse em seu interior ou com relação ao mundo externo.

O Concílio Vaticano II assumiu aquilo que estava no coração de João XXIII, que desejava a abertura ao mundo moderno, mantendo uma postura de diálogo diante das perguntas e respostas esperadas. Frente a esse diálogo, estava o anseio que o Concílio se propôs, qual seja, iluminar a fé na relação com o mundo. Desse modo, não se poderia deixar de lado a realidade em que as pessoas estavam inseridas, mas sim caminhar levando uma esperança diante do mundo e da perspectiva de progresso em que a sociedade se encontrava.

Foi pensando responder a essas perguntas que o Concilio Vaticano II superou radicalmente o eclesiocentrismo do Catolicismo medieval, bem como o clericalismo e a romantização do Catolicismo tridentino, e elaborou uma nova autocompreensão da Igreja, em diálogo com o mundo moderno, em espírito de serviço, especialmente aos mais pobres (BRIGHENTI, 2016, p. 11).

A visão de João XXIII, tendo como fundamento o seu conhecimento histórico da Igreja, olhava em direção ao horizonte e não somente para o momento presente. Ele visava projetar a Igreja para o futuro, observando os sinais dos tempos, fazendo com que essa conseguisse perceber que estava imersa no mundo moderno e precisava interagir com ele.

O Concílio Vaticano II fez um caminho de reconciliação da Igreja com a sociedade. Com o surgimento da modernidade, ou da secularização, mudou-se essa relação, ensejando uma perspectiva de rompimento. Isso se reflete desde o aspecto jurídico-político, em que se supõe a separação entre a Igreja e o Estado, passando pelo campo sociológico, que põe a religião à margem, determinando o seu isolamento, até culminar, inclusive, no campo do saber, saindo do especulativo para o experimental.

Por todas essas razões o homem moderno sente-se emancipado da tutela de toda instância religiosa. A religião, apesar de não encontrar-se sem espaço na nova sociedade, tem de aceitar pelo menos o desafio de abandonar o lugar privilegiado que antes ocupava, e a partir do qual podia marcar as pautas de organização e funcionamento de todo o conjunto social (CAMACHO, 1991, p. 245).

Por não aceitar com facilidade todas as transformações, a Igreja buscou o espírito de reconciliação com a modernidade. Grandes esforços foram feitos para o desenvolvimento de uma nova postura da Igreja diante da sociedade e era esperada uma atitude que respondesse às expectativas dos homens e mulheres. Desde os movimentos de renovação, iniciou-se esse processo de aproximação que, gradualmente, foi se desenvolvendo no interior da instituição. A igreja buscou, no Concílio, encontrar caminhos para responder a essa aproximação, como expõe Camacho.

A questão mais imediata seria: o que pode a Igreja trazer para este mundo de hoje, para os problemas que ele mesmo se levanta? Tudo isso leva a uma segunda questão: A partir de onde fala a Igreja, quando se pronuncia sobre esses assuntos? Qual é o seu lugar no mundo? E, por fim, repensar o seu novo lugar na sociedade a leva à pergunta fundamental: Como a Igreja entende a si mesma? Por acaso sua nova forma de estar no mundo não a obriga a rever sua própria autocompreensão? (CAMACHO, 1991, p. 252).

Como vimos, o Concílio Vaticano II foi convocado com o intuito de renovação da Igreja. Com as transformações que estavam ocorrendo de forma rápida no mundo, a referida instituição precisava acompanhar os tempos e não deveria permanecer parada. O olhar de João XXIII, ao entender os “sinais dos tempos”, impulsionou a Igreja a encontrar maneiras de agir e de estar presente na sociedade. Afinal, essa última é justamente o lugar onde se encontram aqueles para quem a Igreja foi enviada: os homens e mulheres.

Ao contrário do que alguns acusam, o Concílio Vaticano II fez uma leitura positiva do mundo e, com isso, várias mudanças aconteceram a partir dele, que ocorreram tanto na forma da Igreja em perceber o mundo, quanto na sua ação, rompendo com uma postura que se mantinha centrada em si mesma. Uma das principais mudanças esteve na definição do seu lugar no mundo: era chegado o momento da passagem da “guarda” para uma atitude de diálogo e de serviço no mundo. A Igreja, que não é do mundo, mas está inserida nele.

Isso se faz de duas formas: de um lado, pela pastoral social, alicerçada no Ensino Social da Igreja e na opção pelos pobres, e, de outro, pelo engajamento dos cristãos como cidadãos do mundo, seja nos corpos intermediários (organizações sociais), seja na política,

condição para a promoção do bem comum. O Reino de Deus, em sua dimensão imanente, se confunde com uma nova sociedade, justa e solidária, um mundo onde caibam todos (BRIGHENTI, 2016, p. 77).

Agenor Brighenti afirma que a Igreja passou a dialogar com as ciências e, a partir de sua contribuição, abriu-se para perceber e sentir os “sinais dos tempos”.

Apoiada nas ciências que têm o mundo como seu objeto, a Igreja, sem deixar de identificar as contradições e limites do projeto civilizacional moderno, foi capaz de ver também seu lado luminoso, de ler os “sinais dos tempos” e, assim acolher os valores do mundo novo, até então vistos como antivalores (BRIGHENTI, 2016, p. 80).

A partir das intuições do Papa João XXIII e das reflexões desenvolvidas durante o concílio, surgiram alguns documentos relevantes. Diante da busca de direcionar uma nova postura da Igreja frente aos problemas do mundo, foi apresentada a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a presença e a responsabilidade da Igreja e dos cristãos no mundo de hoje.

Estudaremos a citada Constituição Pastoral com maior profundidade a fim de entender de que maneira a Igreja, através deste documento, pronunciou-se sobre os mais graves problemas do mundo e se lançou para contribuir na sua solução, uma vez que deve ser interlocutora e promotora de agir profético.

## 2. A RELAÇÃO IGREJA-MUNDO NA CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*

A partir das considerações elencadas anteriormente acerca do percurso que antecedeu a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, faz-se necessário conhecê-la de perto. Por isso, partiremos de uma apresentação do seu processo de desenvolvimento e da história do texto elaborado. Em seguida, será feita uma apresentação de maior profundidade da dissertação com a finalidade de destacar o seu status no conjunto dos documentos, a sua estrutura e o seu conteúdo. Por fim, será abordada a problemática Igreja-Mundo, que é o objetivo da nossa pesquisa.

O referido documento passou por diversas fases de estruturação, sendo que cada uma delas trouxe efetivas contribuições, até chegar na estrutura definitiva do texto final. Aqui, é mister conhecermos o caminho e os elementos históricos que deram origem a *Gaudium et Spes*.

### 2.1 História do Texto

A *Gaudium et Spes* é o último dos documentos promulgados no Concílio Vaticano II. Nele, está presente fortemente a necessidade de diálogo com o mundo para uma melhor caminhada pastoral da Igreja. A sua construção ocorreu no próprio Concílio, ou seja, a partir das aulas conciliares, das discussões e olhares para os “sinais dos tempos”. O diálogo e a abertura ao mundo moderno foram ocupando lugar nos pensamentos dos padres Conciliares.

Era presente, nos Padres Conciliares, o pensamento de negação do mundo. O Papa João XXIII, desde o anúncio do Concílio e do seu discurso de abertura, tornou presente a necessidade de um *aggiornamento* na ação da Igreja para o cumprimento de sua missão. Na visão de Camacho, “pode-se dizer que, quando João XXIII convocou o concílio, já tinha em mente a ideia de um documento no estilo daquele que seria depois a *Gaudium et Spes*” (CAMACHO, 1991, p. 267).

Tal premissa, pretendida por João XXIII, ainda não era possível ser percebida nos esquemas apresentados pela Comissão Preparatória. Gradativamente, a postura de fechamento foi sendo deixada de lado, abrindo espaço para que a proposta do *aggiornamento* fosse se alinhando nos esquemas e

o pensamento do referido pontífice começasse a ser mais visível nos textos, surgindo, assim, a possibilidade de uma relação mais dialogal entre Igreja-Mundo.

Contiero reforça que, para entender o processo histórico de surgimento da Constituição, é necessário perceber o desenvolvimento desse pensamento que amadureceu no próprio Concílio.

Assim, só podemos tratar da *Gaudium et spes* se tivermos em mente que a mesma só surge no momento em que o Vaticano II assume efetivamente o compromisso de respeitar o carisma de João XXIII por meio do rompimento regulamentar ocorrido na primeira sessão (CONTIERO, 2017, p. 182).

Na convocação do Concílio, através da Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (de 25 de dezembro de 1961), João XXIII já havia expressado o desejo da Igreja contribuir na solução dos problemas existentes no mundo. Essa, por sua vez, se encontrava distante e reservada. Por isso, era necessária uma aproximação, discernindo os sinais dos tempos e contribuindo de forma ativa na construção da sociedade em que ela se encontrava inserida.

E, às vésperas da abertura do concílio, na mensagem radiofônica transmitida em 11 de setembro de 1962, João XXIII, ao falar da vitalidade *ad extra* da Igreja, e contrapondo-a à vitalidade *ad intra*, destaca que a Igreja sente-se obrigada a ir ao encontro das necessidades e exigências dos povos (CAMACHO, 1991, p. 267-268).

No contexto de uma melhor relação entre Igreja-Mundo, os padres conciliares começaram a tomar consciência da importância de analisar os problemas da instituição para além dos seus muros. Havia uma necessidade da Igreja de ser menos burocrática e mais aberta. Assim, os padres conciliares deram início a um caminho que colocava a referida na missão para além do *ad intra*, abordado nos esquemas preparatórios, e que mostrava agora seus limites.

A Constituição não estava presente nas preparações para o Concílio, pois, nasceu das inquietações do pontífice, bem como do acolhimento e reflexão dos Padres Conciliares, algo que não estava no enfoque eminentemente doutrinal, mas que surgiu a partir de um olhar além dos limites. Emergiu, dessa maneira, a proposta de um esquema que abordasse a relação Igreja-Mundo e aproximasse tal instituição

dos problemas sociais concretos. Assim, essa relação Igreja-Mundo se daria no seu papel *ad extra*.

Quando fala da Igreja *ad extra*, indica que, sob esse enfoque, o concílio deve tratar da Igreja enquanto ela estabelece um diálogo com o mundo. E, a título de exemplo, são enumerados quatro temas sobre os quais a Igreja deveria trazer luz: a pessoa humana, a justiça social, a evangelização dos pobres, a paz internacional e a guerra (CAMACHO, 1991, p. 268).

Pode-se considerar que foi a partir dessa dimensão que o Concílio se voltou para as questões das aflições dos homens, inserindo-se nos problemas existentes na humanidade e não apenas se voltando para os católicos.

Ao tratar da necessidade de pensar a ação da Igreja na relação com o mundo, e chegando ao término da I Sessão, foi criada uma Comissão Coordenadora para conduzir o Concílio. O Papa João XXIII percebeu que era preciso uma melhor organização dos trabalhos para que fosse possível atender ao seu desejo de que a Igreja olhasse e reorientasse a sua ação para as questões que preocupam a sociedade. Tais questões estavam contidas, após a reorganização, em um esquema que, de início, foi chamado Esquema XVII, cujo título é: *De praesentia Activa Ecclesiae in Mundo* – Da presença ativa da Igreja no Mundo.

Nesse esquema, estava contido o caminho para a abertura e a reconciliação entre Igreja e o mundo, como também o olhar dos Padres Conciliares, que entenderam essa necessidade. Sua própria organização e desenvolvimento ocorreram diferentemente dos demais textos e pensamentos elaborados no Concílio.

Para a elaboração desse esquema, o Cardeal Suenens foi nomeado relator. Ele era membro da Comissão Coordenadora e tinha a missão de apresentar um resumo do que seria a sua tarefa junto a Comissão Mista, composta por membros da Comissão de Doutrina e da Comissão do Apostolado Leigo.

A missão confiada à Comissão Mista foi a de redigir um esboço desse futuro documento apresentando as supracitadas questões. As problemáticas que mais afligiam o homem, para serem trabalhadas no plenário conciliar, deveriam estar organizadas.

Toda a redação foi desenvolvida entre a primeira e a segunda sessão do Concílio, porém, no parecer da Comissão Coordenadora, foi entendida como não satisfatória, por mostrar-se bastante teológica e distante do desejo de João XXIII.

Até então, haviam sido elaborados três esboços do texto, mas nenhum deles havia chegado aos Padres Conciliares. Contudo, na terceira versão, já era perceptível a abertura do olhar para as realidades terrestres, em especial no terceiro esboço, que teve como encarregado o Cardeal Suenens.

Nele se destaca o tema da Igreja, que se sente inserida no mundo e, ao mesmo tempo, enviada a ele: essa missão não esgota a intervenção de Deus na história (daí a importância de discernir os sinais dos tempos) e, além do mais, é ultrapassada pela própria realidade do mundo e sua autonomia (a Igreja não tem respostas para todos os problemas) (CAMACHO, 1995, p. 269).

Mesmo com esse avanço significativo nas reflexões, o esquema não satisfiz por completo a Comissão Coordenadora e o texto não chegou até os Padres Conciliares. Embora Paulo VI, no seu discurso de abertura da Segunda Sessão, não faça menção ao documento, enfatizou os quatro objetivos do Concílio: “a meditação sobre Igreja, renovação da Igreja, o esforço ecumênico e o estabelecimento de uma ponte entre a Igreja e o mundo” (MCGRATH, 1967, p. 140). De acordo com Contiero “a expressão ‘ponte’ é muito simbólica, uma vez que demonstra a consciência de que um abismo fora firmado entre a Igreja e mundo moderno e que agora buscava efetivamente superar” (CONTIERO, 2005, p. 185).

No interior da Comissão Mista, havia divisões e debates acerca da abordagem das questões levantadas. Foi esse o motivo de o texto não ter chegado aos Padres Conciliares, uma vez que existia o entendimento de que a dissertação estava excessivamente teológica e distante do tom predominante nas duas encíclicas sociais de João XXIII.

Sucedeu um verdadeiro debate entre aqueles que argumentavam que a verdadeira abordagem conciliar de questões sociais deveria ser especificamente teológica, no sentido de partir dos dados da revelação e ir até as conclusões doutrinárias, e a outra escola, que, baseada no profundo impacto causado no mundo pelas duas encíclicas sociais do Papa João XXIII (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*), defendia ardentemente a ideia de que todo documento destinado a falar ao mundo moderno devia partir de uma consideração dos problemas do mundo, e falar aos homens com uma linguagem e argumentos compreensíveis e aceitáveis para eles (MCGRATH, 1967, p. 140).

Contudo, toda essa situação enfrentada possibilitou importantes avanços. A partir desses debates internos, foi possível perceber que a Comissão Mista estava com a quantidade de membros elevada, ocasionando conflitos, e, por isso, decidiram criar uma Subcomissão. Essa, mais restrita, deveria ser constituída por apenas seis membros, a saber: três da Comissão Doutrinal e outros três da Comissão do Apostolado Leigo. Os eleitos eram todos europeus, motivo pelo qual houve a integração de outros dois bispos, sendo um norte-americano e um africano. A Subcomissão seria presidida pelo italiano Dom Guano e teria a responsabilidade de elaborar uma nova redação.

Pelo menos duas orientações já estavam claras a essa altura: o enfoque teológico e evangélico das relações Igreja-mundo, em substituição à tradicional doutrina social expresso em termos de direito natural; e o método indutivo, partindo dos problemas concretos, em lugar do mais dedutivo e abstrato, típico da moral mais em uso na época (CAMACHO, 1991, p. 270).

Desse ponto em diante, até chegar ao texto definitivo, ocorreram diversas transformações a partir das discussões e dos apontamentos suscitados no plenário conciliar. A criação da Subcomissão Central para uma nova redação instaurou uma nova fase no processo histórico da construção do texto e é nessa fase que o documento toma uma forma mais concreta.

Com o tempo avançando, a Subcomissão seguiu com os trabalhos para a elaboração da nova redação. Segundo Camacho, sucederam-se, assim, quatro textos:

*Textus prior* (também conhecido como “texto de Zurique”): discutido na terceira sessão conciliar (outubro de 1964). *Textus emendatus* (ou “texto de Ariccia”): elaborado entre a terceira e a quarta sessões, e discutido no início da quarta sessão (setembro-outubro de 1965). *Textus recognitus*: preparado depois da discussão do anterior plenário e votado durante a mesma quarta sessão (15-17 de novembro de 1965). *Textus denuo recognitus*: nascido da incorporação dos “votos” apresentados pelos padres na votação do anterior e votado de novo em plenário em 4 de dezembro de 1965 (CAMACHO, 1995, p. 270).

A cada redação, partindo das observações levantadas, tornou-se mais viável a realização do desejo do *aggiornamento*, esperado por João XXIII. Nesse ponto, o caminho para o texto definitivo foi aberto. O encontro em Zurique, entre os dias 01 e

03 de fevereiro de 1964, segundo Camacho, foi o momento mais importante da elaboração, pois o texto construído no encontro foi enviado aos Padres Conciliares. De acordo com McGrath “começa a emergir, com maior clareza e convicção, o conteúdo básico, método, tratamento e estilo” (MCGRATH, 1967, p. 142).

O *Texto de Zurique* apresentou uma novidade por incorporar anexos com temas mais concretos da vida social de nosso tempo. Alguns deles traziam explicações ou comentários sobre o texto e os Padres Conciliares não teriam como analisar ou votar sobre os assuntos tratados neles. Em decorrência disso, surgiu o forte receio de haver uma contradição entre o texto principal e o contido nos anexos.

Constata-se, portanto, que não se alterou o foco do documento em abordar o ser humano em sua realidade. O que foi transformado foi o modo como isso se daria: deixava-se de lado os aspectos teológicos para se favorecer uma análise de cunho pastoral, preocupada não apenas em teorizar sobre a pessoa, mas sim refletir sobre sua prática, sobre sua realidade social (CONTIERO, 2005, p. 187-188).

Segundo Camacho,

O texto encontra-se dividido em um preâmbulo e quatro capítulos. Nele encontram-se mescladas duas perspectivas. Por um lado, desenvolve-se uma antropologia que se apoia no reconhecimento dos valores positivos da criação e do homem novo em Cristo. Mas o lugar central é ocupado pela presença da Igreja em meio ao mundo, e sua missão de ajudá-lo com sua doutrina e seu exemplo, destacando o papel dos leigos nessa tarefa (CAMACHO, 1995, p. 271).

Após a subcomissão encaminhar o referido texto à Comissão Mista, e ser feita a sua análise a partir de observações junto aos teólogos observadores, que levaram a algumas alterações e ajustes, a dissertação foi finalmente aprovada e enviada para a Comissão Coordenadora do Concílio. Quando aprovado pela citada Comissão, o texto foi distribuído entre os Padres Conciliares, que, pela primeira vez, tiveram em suas mãos o texto do Esquema XIII.

O texto, ao ser enviado aos Padres Conciliares, assumiu a sua oficialidade, sendo denominado *Textus prior*. Com o passar do tempo, foi criada uma expectativa ao redor do Esquema XIII e o momento de conhecê-lo era chegado. Assim, o documento foi apresentado no dia 20 de outubro de 1964. A sua apresentação se alinhou às expectativas existentes entre os Padres Conciliares, justamente por, em

seus objetivos, ressaltar a superação do abismo criado entre a Igreja e o mundo. A aprovação do documento era garantia para que, desse momento em diante, ele fosse analisado com profundidade e seus capítulos igualmente estudados e debatidos.

Da maneira como o texto foi proposto ao Concílio, o texto continha um breve prólogo que afirmava muito simplesmente a identificação da Igreja com as “alegrias e tristezas” do mundo, e o desejo do Concílio falar aos fiéis, e a todos os que quisessem escutar a respeito dos “sinais dos tempos”, e o que se devia entender deles, e assim tentar pôr em prática pelo bem da humanidade (MCGRATH, 1967, p. 143).

O relator responsável pelo documento constatou alguns problemas na construção textual e argumentou a necessidade de revisão e aperfeiçoamento para melhor atender aos objetivos propostos. O referido texto deveria ajudar a todos os homens, não apenas católicos e crentes, servindo como uma mensagem de esperança à humanidade. Daí a importância de um caráter ecumênico, para que a paz de Cristo reinasse em um futuro.

Segundo o relator, era evidente as dificuldades encontradas pela Comissão, desde o tema até os aspectos teológicos. Entre elas, destacamos a de equilibrar a mensagem evangélica com as condições do mundo, de forma a perceber as transformações sociais que estavam ocorrendo. A fundamentação bíblica da redação, ou seja, os trechos bíblicos citados, eram imprecisos ou incorretos. Havia também a inquietação sobre a recepção do documento, afinal o público era exterior ao campo religioso. Dessa maneira, o relator ressaltou a finalidade universal do documento, tanto na escuta quanto no seu destino.

O mesmo busca a promoção do diálogo com toda a humanidade, procurando não apenas ensinar o pensamento da Igreja, mas também de ouvir aquilo que os homens pensam e também conhecer os problemas que vivem a partir de suas realidades (CONTIERO, 2017, p. 190).

Com isso, caberia à Comissão a reorganização dos trabalhos e a resolução dos problemas apresentados pelos padres na aula conciliar. Essa Comissão recebeu o dever de apenas rever o texto, assim como buscar adequá-lo dentro daquilo que os padres estavam sugerindo. Mesmo diante das observações, os

padres consideraram que o documento apresentado tinha condições de servir como base para o seguimento do trabalho e o seu ponto de partida havia sido definido pelo *Texto de Zurique*.

Após esse processo de discussão, e extraída as conclusões, teve início a preparação do *Textus emendatus* ou “texto de Ariccia”, que recebeu esse título por ter seu marco inicial na reunião ocorrida na cidade de Ariccia. Essa nova redação deveria ter por base o *Texto de Zurique*, seguindo as orientações emanadas nas discussões do Concílio, norteando, assim, os trabalhos.

A equipe reunida em Ariccia se mostrou atenta às necessidades do documento e buscou fazer com que o texto fosse melhor desenvolvido. Para isso, considerando que havia faltado especialistas para lidar com algumas questões, como por exemplo, nas esferas sociais, contou-se com uma intensa presença dos leigos.

Para Camacho (1995), essa nova configuração para elaboração do texto apresentava novidades que demonstravam a finalidade esperada, como também apontavam para uma composição definitiva. Isso partindo do princípio de que a Igreja fala à humanidade, portanto, o documento deveria chegar a todos.

A primeira novidade de interesse é a “Exposição introdutória”, que precede todo o documento: nela se descreve a situação atual do mundo, que é a realidade sobre a qual o concílio pretende projetar sua luz. Os sinais dos tempos adquirem, nesse momento, uma forte relevância, até chegarem a ser um dos pontos nucleares do novo esquema (CAMACHO, 1995, p. 271).

Encontramos no supracitado texto uma melhor explanação sobre o ser humano e a sua vida em processo de transformação. Nesse ensejo, a Igreja foi convidada a tomar a decisão de olhar para as realidades que os homens estavam inseridos e para os problemas que impediam o seu progresso e uma melhor construção de ação para o bem de todos.

Feitas as inúmeras correções sugeridas, a Comissão Mista enviou o texto para a Comissão Coordenadora do Concílio. O esquema foi aprovado e enviado aos padres conciliares para que fosse discutido na última sessão do Concílio.

O texto que foi encaminhado aos Padres Conciliares trazia especificações que o marcariam de modo definitivo. Como exemplo, podemos citar que já se apresentava explicitamente como sendo

uma *Constituição Pastoral*, algo até então desconhecido no meio conciliar e que finalmente estabelecia o caráter que o documento deveria ter (CONTIERO, 2017, p. 193).

Camacho afirma ser empregada a “[...] palavra ‘constituição’ para destacar sua importância”, pois o documento se colocava no mesmo nível de outros grandes textos, como a *Lumen gentium*. E “pastoral porque não trata de doutrina, mas sim de suas aplicações às condições de nosso tempo e às suas consequências pastorais” (CAMACHO, 1995, p. 173).

O estilo assumido pelo texto, na sua linguagem e nos seus termos, uma vez que deveria ser simples e estabelecido a partir dos fatos vividos pela humanidade em sua totalidade, estava sujeito a sofrer diversas críticas. Apesar de se acreditar que o texto já atenderia todas as recomendações, foram novamente intensos os debates na Aula Conciliar. Diversos Padres Conciliares apontaram que a Constituição ainda não tinha devidamente esclarecido o uso do termo “mundo”, bem como a expressão “povo de Deus” dentre outras questões.

No entanto o texto provocou amplos debates públicos, que acabariam beneficiando o esquema seguinte. Foi acusado de insensibilidade em relação a historicidade do homem: nele não se deu maior atenção a certos temas teológicos (o pecado, a cruz, a escatologia...); pediu-se por uma revisão do estatuto teológico dos sinais dos tempos, para não cair em uma certa ingenuidade e simplificação dos fatos, sugeriu-se um tratamento mais matizado de uma questão tão delicada como as relações entre a ordem natural e sobrenatural (CAMACHO, 1995, p. 272).

De acordo com a observação, um maior aprofundamento teológico ajudaria na compreensão da relação da ação da Igreja no mundo. Dessa maneira, seria possível uma melhor contextualização da participação da referida instituição no meio social e a sua relação com a atualidade.

Nesse intuito, coube aos redatores a tarefa de corrigir o texto de acordo com aquilo que vinha sendo proposto, mas mantendo a estrutura do documento que estava sendo analisado. Em vista disto, essa nova versão do texto foi denominada *Textus recognitus* e passou por uma apresentação em novembro.

A essa altura, o Concílio já caminhava para o seu encerramento e era do entendimento geral que todos os debates anteriores já haviam sido suficientes e, por isso, o novo texto não seria mais debatido. Os Padres Conciliares poderiam aprovar

o texto, sugerindo alternativas à sua redação. Foi oferecida a possibilidade de serem propostos “modos”.

Foi aprovado por uma votação que durou vários dias. Mas os Padres Conciliares acrescentaram à sua aprovação mais de 20 mil *modi* ou alterações sugeridas. Embora várias dessas alterações fossem repetidas, restavam ainda milhares de propostas originais. Estas deveriam ser classificadas. Em seguida cada subcomissão estudou as propostas que se referiam à parte que lhes cabia do documento, e modificou o texto sempre que a alteração proposta não mudava substancialmente o sentido do texto, já que todos os seus capítulos haviam sido aprovados pelo Concílio (MCGRATH, 1967, p. 150).

Ao partir das propostas de possíveis alterações, no entanto, mantendo a estrutura que havia sido aprovada, nasceu o *Textus denuo recognitus*, que seria novamente votado, agora sem a possibilidade de propor novas alterações. O texto, então, foi votado por partes, nos últimos dois dias do concílio, e, por fim, aprovado. O Esquema XVII, que veio a se tornar o Esquema XIII, finalmente foi concluído e foi intitulado com as duas primeiras palavras que o compõe: *Gaudium et Spes* – Alegria e Esperança.

No tópico seguinte, abordaremos o texto final e como este foi aprovado pelos Padres Conciliares, observando a sua estrutura e os caminhos apontados para que o almejado por João XXIII, na abertura do Concílio, pudesse se tornar presente na vida da sociedade.

## **2.2 Texto: status, estrutura, conteúdo**

Após conhecer o processo histórico da sua construção, analisaremos a *Gaudium et Spes*. Aqui buscaremos apresentar como a Constituição está organizada, desde o seu objetivo até a estrutura de seus capítulos, e quais conteúdos estão nela contidos.

A abordagem aqui utilizada não será apenas uma análise estrutural do documento, percebendo a sua construção ao passo em que se discute cada capítulo. Buscaremos, na realidade, conhecer os caminhos oferecidos para a compreensão da relação Igreja-Mundo e apreender, a partir dos temas apresentados, sua relevância na problemática da relação aqui discutida.

Nesse intuito, é significativo recordarmos a centralidade dessa problemática na reflexão sobre a identidade e missão da Igreja. Esse conhecimento fez com que a

referida instituição percebesse a sua ação no mundo como algo constitutivo de sua própria identidade.

Se é verdade que não se pode compreender a relação da Igreja com o mundo atual (GS) sem considerar a autocompreensão que a Igreja tem de si (LG), sobretudo no que diz respeito à sua constituição fundamental (povo de Deus) e à sua missão primordial (mistério e sacramento de salvação); também é verdade que não se pode entender a autocompreensão que a Igreja tem de si no Concílio sem considerar sua relação com o mundo atual (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 106-107).

Essa questão da relação Igreja-Mundo foi desenvolvida na *Gaudium et Spes*. De início, a primeira coisa a ser considerada é a unidade do documento. Lopes (2011, p. 38) ressalta que “a *Gaudium et Spes* é um todo unitário, embora formada de duas partes”.

A Constituição pastoral “A Igreja no mundo de hoje”, formada por duas partes, constitui um todo unitário. É chamada “Pastoral” porque, apoiando-se em princípios doutrinários, pretende expor as relações da Igreja com o mundo e os homens de hoje. Assim, nem à primeira parte falta a intenção pastoral, nem à segunda a doutrinária (LOPES, 2011, p. 44).

Essa questão é colocada para ser considerada em todo o texto, mesmo ele sendo dividido em duas partes. A estrutura do documento está organizada da seguinte maneira: Proêmio, Introdução, Primeira Parte, Segunda Parte, e Conclusão.

Depois de um *proêmio*, onde explicita a solidariedade da Igreja com a família humana universal, e de uma *introdução*, que trata da “condição do homem no mundo de hoje”, o texto aborda, na *primeira parte*, questões sobre a “Igreja e a vocação do homem” (dignidade da pessoa humana, comunidade humana, atividade humana no mundo, papel da Igreja no mundo contemporâneo) e, na *segunda parte*, “alguns problemas mais urgentes” (matrimônio e família, progresso cultural, vida econômico-social, promoção da paz e da comunidade internacional). Na *Conclusão*, por fim, destaca o “caráter genérico” de sua exposição e a tarefa de prosseguir-la e ampliá-la, mediante um “diálogo sincero” dentro da Igreja, com as outras Igrejas cristãs, com as outras religiões, com os não crentes e, inclusive, com “aqueles que se opõem à Igreja e a perseguem de várias maneiras (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 107).

Entre às duas partes documento existe uma forte relação. A primeira apresenta uma dimensão doutrinária, que visa iluminar a sua ação nas realidades abordadas na segunda parte. Além disso, é presente uma abordagem de como a Igreja deve pensar e conceber suas atividades no mundo moderno em relação a toda a humanidade e não apenas aos católicos.

Na primeira parte, a Igreja expõe a sua própria doutrina acerca do homem, do mundo na qual o homem está integrado e da sua relação para com essas realidades. Na segunda, considera mais expressamente vários aspectos da vida e da sociedade contemporâneas, e sobretudo as questões e problemas que, nesses domínios, parecem hoje de maior urgência (GS 06).

Conforme a tecitura do texto, podemos perceber como esse tem uma estrutura simples, atendendo ao objetivo de chegar aos seus destinatários. O documento, de forma clara, logo no início (no Proêmio – uma das partes mais conhecidas da Constituição Pastoral) expressa a quem os Padres Conciliares desejam falar.

Por isso, o Concilio Vaticano II, tendo investigado mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens, e deseja expor-lhes o seu modo de conceber a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje (GS 2).

É nítida e está expressa no documento a relação Igreja-Mundo. A instituição se coloca a serviço de todos os homens, em atitude de diálogo e, por isso, o homem será o fulcro de toda a exposição do Concílio; o homem uno e integral: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade (GS n. 3).

De acordo com Lopes “a *Gaudium et Spes* representa a passagem de uma Igreja mais voltada para si mesma a uma Igreja voltada para o mundo” (LOPES, 2011, p. 38). A Igreja compreende que a sua ação no mundo é uma forma de melhor viver concretamente a fé, sendo capaz de estar presente em todos os momentos: nas dores e esperanças, nas lutas e sonhos, nos caminhos e aspirações.

O caminho percorrido pela Constituição relembra-nos o chamado de ser e viver mediante nossa natureza, essa fantástica criação que é a humanidade. Dessa maneira, conscientes de nosso chamado, podemos efetivamente desempenhar

nosso papel de maneira criativa e verdadeira pela qual tudo está aberto a mudanças/transformações, tanto a sociedade, como nós mesmos.

A seguir, a Constituição tem os capítulos 1 e 2 que tratam da vocação do homem, criado à imagem de Deus. A Igreja reconheceu que é o homem quem está por detrás das transformações ocorridas no mundo e, por esse motivo, era necessário abordar a sua vocação, já que tais mudanças podem alterar o próprio ser.

Que pensa a Igreja acerca do homem? Que recomendações parecem dever fazer-se, em ordem à construção da sociedade atual? Qual é o significado último da atividade humana no universo? Espera-se uma resposta para estas perguntas. Aparecerá então mais claramente que o povo de Deus e o gênero humano, no qual aquele está inserido, se prestam mutuo serviço; manifestar-se-á assim o caráter religioso e, por isso mesmo, profundamente humano da missão da Igreja (GS 11).

Levar o homem a pensar sobre a sua vocação, sobre o que foi chamado a realizar, é abrir caminhos para uma renovação de atitude, observando que as transformações sofridas na sociedade despertam a necessidade de agir de uma nova maneira, uma ação aberta para todos.

Aqui, a Constituição traz a abordagem sobre o ateísmo, lembrando que, na vocação do homem, está a sua união com Deus. É preciso que esteja presente em seu coração um desejo de dialogar com Deus e buscar tornar concreto esse diálogo. No documento, não encontraremos uma “condenação”, mas uma referência de que o crescente ateísmo é, também, responsabilidade dos crentes por não tornarem efetivos a educação da fé e o testemunho dos valores.

Conforme afirma a *Gaudium et Spes*:

Sem dúvida, não estão imunes de culpa todos aqueles que procuram voluntariamente expulsar Deus do seu coração e evitar os problemas religiosos, não seguindo o ditame da própria consciência; mas os próprios crentes, muitas vezes, têm responsabilidade nesse ponto [...]. Pelo que, os crentes podem ter tido parte não pequena na gênese do ateísmo, à medida que, pela negligência da educação da sua fé, ou por exposições falaciosas da doutrina, ou ainda pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer que antes esconderam do que revelaram o autêntico rosto de Deus e da religião (GS 19).

Conforme apontado acima, percebemos um reconhecimento de culpa na propagação do ateísmo. A Igreja traz para si, também, a responsabilidade quanto à origem do ateísmo. Não faz a opção pela clara condenação, mas opta por fazer alusão à sua contribuição na origem e propagação, assim como cita caminhos que podem ser usados como remédios para essa vivência, a saber: o diálogo e o testemunho.

Quanto ao remédio para o ateísmo, ele há de vir da conveniente exposição da doutrina e da vida integral da Igreja e dos seus membros. Pois a Igreja deve tornar presente e como visível a Deus Pai e a seu Filho encarnado, renovando-se e purificando-se continuamente sob a direção do Espírito Santo. Isto há de alcançar-se antes de mais com o testemunho dum fé viva e adulta, educada de modo a poder perceber claramente e superar as dificuldades (GS 21).

E continua:

Ainda que rejeite inteiramente o ateísmo, todavia a Igreja proclama sinceramente que homens, crentes e não crentes, devem contribuir para a reta construção do mundo no qual vivem em comum. O que não é possível sem um prudente e sincero diálogo (GS 21).

Por esses dois caminhos, é possível que haja uma transformação na esperança humana. Camacho considera que o ateísmo não é mais tratado como uma hostilidade do mundo para com a Igreja (Cf. CAMACHO, 1995, p. 275). Na *Gaudium et Spes*, é destacado que o homem moderno precisa lidar com o ateísmo, visto que esse, segundo Contiero, é “um mal que afeta a compreensão antropológica do ser, trazendo consequências nocivas mais para o próprio homem, que não encontrará esperança ou tampouco terá condições de auto-desvendar, do que para a Igreja” (CONTIERO, 2017, p. 203).

O capítulo II da *Gaudium et Spes* consiste em uma abordagem sobre a Comunidade Humana. Reflete que o diálogo fraterno entre os seres humanos se dá no nível mais profundo da comunidade de pessoas. Exige, portanto, o mútuo respeito da plena dignidade espiritual de cada ser humano. Ao trazer a abordagem sobre a comunidade, quer deixar claro que a humanidade tem como objetivo a dimensão comunitária. A sociedade é chamada a formar uma família e a se tratar como irmãos e, para o seu desenvolvimento, é necessário respeitar o bem comum.

É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção de sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa (GS 26).

É fundamental o respeito à pessoa (GS 27), respeito esse que se estende aos adversários e mostra-se como o amor para com o outro, sem sermos condicentes com os seus erros, sempre colocando a verdade e o bem à frente (GS 28).

O Concílio busca deixar claro que o caminho é a fraternidade humana, a vida comunitária. Os homens precisam superar a individualidade para que haja o crescimento. A justa convivência humana e social é fruto da superação da ética individualista, em que o homem é capaz de efetivar uma melhor relação com o próximo e com Deus.

A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida, uma vez que, dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos (GS 30).

E continua:

Sem dúvida, os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária a vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião (GS 29).

A partir dos trechos supracitados, observa-se que o objetivo comum é fazer com que todos os homens, crentes e não crentes, conscientizem-se de que é compromisso de todos a responsabilidade e a participação social para a transformação e concretização de uma melhor vivência da comunidade humana. Isto é, que todos consigam cumprir com a justiça e com a verdade, contribuindo em favor do bem comum, olhando as realidades difíceis da vida social, assumindo as exigências e se empenhando no serviço à vida.

Todos tomem a peito considerar e respeitar as relações sociais como um dos principais deveres do homem de hoje. Com efeito, quanto mais o mundo se unifica, tanto mais as obrigações dos homens transcendem os grupos particulares e se estendem progressivamente a todo o mundo. O que só se poderá se os indivíduos e grupos cultivarem em si mesmos e difundirem na sociedade as virtudes morais e sociais, de maneira a tornarem-se realmente, com o necessário auxílio da graça divina, homens novos e construtores duma humanidade nova (GS 30).

Afirma ainda que é compromisso da sociedade de hoje “dar às gerações vindouras razões de viver e de esperar” (GS 31), compromisso esse concretizado na ação, na atividade desenvolvida.

O capítulo III aborda “a atividade humana”. Nessa parte do documento, o objetivo é constatar o progresso e, também, as possibilidades de vida do homem que desperta frequentemente questionamentos ao referido.

Sempre o homem procurou, com o seu trabalho e engenho, desenvolver mais a própria vida; hoje, porém, sobretudo graças à ciência e à técnica, estendeu o seu domínio à natureza quase inteira, e continuamente o aumenta; e a família humana, sobretudo devido ao aumento de múltiplos meios de comunicação entre as nações, vai-se descobrindo e organizando progressivamente como uma só comunidade espalhada pelo mundo inteiro (GS 33).

O progresso que o homem sofre é fruto de uma busca por melhor atender aos seus próprios questionamentos. A Igreja busca fazer parte desse caminho, iluminando as suas decisões, para que evolua sem perder a sua vocação, isto é, sem deixar de viver a vontade de Deus.

A Igreja quer unir a luz da revelação ao progresso dos homens, para que recebam e reconheçam o seu papel na construção de uma sociedade melhor; uma sociedade enraizada não nos próprios interesses, mas sim nos valores dados pelo próprio Criador com a finalidade de tornar-nos capazes de perceber que “as vitórias do gênero humano manifestam a grandeza de Deus e são frutos de seu desígnio inefável” (GS 34).

É necessário observar que, com o crescimento do homem, cresce, também, o seu compromisso e responsabilidade individual e coletiva. Ao construir o seu sustento, a partir de sua própria atividade e do serviço prestado à sociedade, o indivíduo está prologando a obra do Criador. Assim, o homem é instrumento do Criador para ajudar na realização dos desígnios de Deus na história.

[...] norma da atividade humana é pois o seguinte: segundo o plano e vontade de Deus, ser conforme com o verdadeiro bem da humanidade e tornar possível ao homem individualmente considerado ou em sociedade, cultivar e realizar a sua vocação integral (GS 35).

O homem é chamado a crescer não apenas de maneira material, mas, também, espiritual. O seu progresso deve acontecer, também, na descoberta de seu valor, que “vale mais por aquilo que é do que por aquilo que possui”. Na sua atividade, ele deve estar aberto ao aprendizado, desenvolver as próprias faculdades, entendendo que a sua ação, além de realizar a si mesmo, transforma as coisas e a sociedade. Daí a importância de compreender a sua vocação e buscar realizar na comunidade.

Buscar viver a vocação integral é se relacionar com todas as realidades, sem esquecer do essencial. Não deve existir um receio de associar a atividade humana com a religião, pois esta jamais deverá se opor à revelação de Deus. A ciência e a fé não devem se excluir, mas, juntas, ajudarem na transformação da sociedade, pois são vivenciadas nos mesmos espaços. A falta de unidade entre ambas apresenta um perigo ao próprio homem, que pode esquecer para o que foi chamado e deixar de pensar no outro e de viver a fraternidade.

A Sagrada Escritura, confirmada pela experiência dos séculos, ensina à família humana que o progresso, tão grande bem para o homem, traz consigo também uma grande tentação: perturbada a ordem de valores e misturado o bem com o mal, homens e grupos consideram apenas o que é seu, esquecendo o dos outros. Deixa assim o mundo de ser um lugar de verdadeira fraternidade, enquanto que o acrescido poderio dos homens ameaça já destruir o próprio gênero humano. (GS 37).

A atividade humana deve estar baseada em Cristo. Através d’Ele, pelo qual todas as coisas foram criadas, e na sua encarnação, é possível fazer com que o homem conheça a si mesmo e aprenda como deve ser seu agir. Olhando para Ele, que foi enviado pelo Pai, é possível compreender que é por meio do amor que o mundo é transformado.

Desse modo, a transformação das atividades realizadas pelo homem deve ter como fundamento o amor, que é aberto a todos, sem excluir ou distinguir ninguém, pois garante que todo esforço, com amor, não seja em vão. Na Constituição, o novo céu e a nova terra são apresentados como lugar “onde reina a

justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos homens” (GS 39).

Após abordar desde a vocação do homem, até a comunidade humana e a sua atividade como instrumento transformador da sociedade, a Constituição evidencia o papel da Igreja no mundo contemporâneo, estudando a relação Igreja-Mundo como necessária para o crescimento da humanidade.

Deste modo, a Igreja, simultaneamente “agrupamento visível e comunidade espiritual”, caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus (GS 40).

O Concílio busca apresentar que, na relação Igreja-Mundo, ambos se ajudam, cada um com aquilo que é capaz de desempenhar. Através do mesmo agente transformador, que é o homem, podem, unidos, concretizar o Reino de Deus, que já é presente no meio de nós. Não vamos nos deter agora no capítulo IV, visto que abordaremos no item seguinte a relação que é objetivo desta pesquisa.

A propósito deste capítulo, Camacho afirma que

[...] apresenta a missão da Igreja, enquanto ela se acha presente nessa realidade, descrita nos três capítulos anteriores. Por isso segue os três passos desses capítulos: a ajuda que a Igreja pode prestar, de maneira sucessiva, à pessoa, à sociedade e ao dinamismo humano (GS 41-43). Pergunta-se depois pela ajuda que a Igreja recebe do mundo (GS 44) (CAMACHO, 1995, p. 275).

Os apontamentos que até aqui foram apresentados, estavam contidos na primeira parte da Constituição. A segunda parte tem um cunho eminentemente pastoral e trata de alguns problemas mais urgentes da Igreja da década de 1960.

Depois de ter exposto a dignidade da pessoa humana, bem como a missão individual e social que é chamada a realizar no mundo, o Concílio dirige agora a atenção a todos, à luz do Evangelho e da experiência humana, para algumas necessidades mais urgentes do nosso tempo, que dizem respeito profundamente à humanidade. Entre as muitas questões que hoje a todos preocupam, importa ressaltar particularmente as seguintes: o Matrimônio e a família, a cultura humana, a vida econômica-social e política, a comunidade internacional e a paz (GS 46).

Dentre as necessidades da sociedade contemporânea, enfatizaram-se apenas algumas questões, vistas como mais urgentes e necessárias. Aquilo que o documento propõe tem por base a mensagem evangélica. A sua construção é fruto das reflexões suscitadas no Concílio, que deseja ser mais presente nas realidades que o homem está inserido, com o objetivo de oferecer ao mundo possíveis soluções para esses problemas.

Essa Segunda Parte é composta do Proêmio e 5 capítulos. Todos eles, com os temas considerados mais relevantes despertados nas discussões do Concílio, apresentam luzes: 1º) “A promoção da Dignidade do matrimônio e da família”; 2º) “A conveniente promoção do progresso cultural”; 3º) “A vida econômico-social”; 4º) “A vida da comunidade política”; 5º) “Promoção da paz e da comunidade internacional”.

Tais temas foram considerados pelo Concílio como de maior urgência e a ação sobre eles não poderiam ser de qualquer forma, mas sobre “cada uma delas devem resplandecer os princípios e as luzes que provêm de Cristo” (GS 46). Agindo assim, todos os homens serão capazes de encontrar iluminação na busca de soluções.

Ao longo da segunda parte, esses problemas vão sendo colocados como forma de iluminar a ação. No capítulo I da segunda parte encontramos o primeiro grande problema, que é a promoção da dignidade do Matrimônio e da família. Nesse ponto se enfatiza a sua dignidade e o seu valor, demonstrando a importância do amor conjugal no fortalecimento e enriquecimento da família, pois é ela [a família] que é a escola da valorização humana.

No capítulo II, sobre a promoção do progresso cultural, o documento destaca a inter-relação entre a vida humana, natureza e cultura.

É próprio da pessoa humana necessitar da cultura, isto é, de desenvolver os bens e valores da natureza, para chegar a uma autêntica e plena realização. Por isso, sempre que se trata da vida humana, natureza e cultura, encontram-se intimamente ligados (GS 53).

Tal relação com a cultura é importante e deve partir da compreensão de sua diversidade pelos seres humanos. Todas essas experiências são capazes de colocar o homem em movimento e fazer com que ele possa adentrar mais no mundo em que vive, nas diversas situações e contextos.

Aqui, se mostra evidente que é necessário que o homem tenha consciência de que é autor da própria cultura e isso deve ajudá-lo a desempenhar melhor suas tarefas no mundo.

Cidadão das cidades terrena e celeste, o crente é convidado, junto com os demais habitantes do mundo, a construir um mundo mais humano e justo. Realiza tal ação, seja por seu trabalho nas várias profissões manuais, seja naquelas atividades que envolvem especificamente sua inteligência e raciocínio, a fim de conduzir a um pensamento mais sublime. As atividades religiosas, por sua vez, elevam o espírito até o reconhecimento do Verbo de Deus, presente no mundo como luz que ilumina todos os seres (LOPES, 2011, p. 143).

O Concílio declara ser importante manter o diálogo e a harmonia entre cultura humana e a formação cristã. Ambas podem contribuir para o crescimento e amadurecimento da sociedade, transformando o agir humano e entendendo que as descobertas e transformações ocorridas não são danosas à fé, mas exige outra postura dos teólogos e da ação pastoral.

Vivam, pois, os fiéis em estreita união com os demais homens de seu tempo e procurem compreender perfeitamente seu modo de pensar e sentir, qual se exprime pela cultura. Saibam conciliar os conhecimentos das novas ciências e doutrinas e últimas descobertas com os costumes e doutrina cristã, a fim de que a prática religiosa e a retidão moral acompanhem neles o conhecimento científico e o progresso técnico e sejam capazes de apreciar e interpretar todas as coisas com autêntico sentido cristão (GS 62).

O Concílio entende o quanto essa relação fará bem para a comunidade e ajudará na sua construção. Por isso, observa-a como uma urgência, não podendo ser “cada um por si”.

Após tratar sobre a promoção da cultura e a relação com a natureza humana, no capítulo III, o documento se concentra na vida econômico-social. Apresenta a vida econômica como fundamento do crescimento humano e da transformação da sociedade. Camacho se refere “a atividade econômica como contribuição ao bem comum, no quadro da busca do Reino de Deus” (1995, p. 278). Logo no início do capítulo, encontra-se a afirmação da importância desses aspectos e da centralidade do homem.

Também na vida econômica e social se deve respeitar e promover a dignidade e vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social (GS 63).

Esse capítulo tem como base a doutrina dos Papas anteriores, desde Leão XIII. De acordo com Camacho um dos ensinamentos dos Papas que tem maior notoriedade é a *Mater et Magistra*. Nessa encíclica é central o tema sobre o desenvolvimento socioeconômico, assim como no citado capítulo da Constituição.

Nela convergem duas linhas diferentes: por um lado, o otimismo, típico de todo o Concílio, que aqui se concretiza no progresso econômico e social de que se beneficia uma parte importante da humanidade; por outro, a voz de muitos bispos do Terceiro Mundo, que se faz ouvir em plenário para denunciar a deterioração econômica e social dos países dos quais procedem. Da confrontação entre essas duas experiências surge a mensagem central do capítulo: o desenvolvimento é irrenunciável, mas deve ser para todos, sem qualquer exceção (CAMACHO, 1995, p. 278-279).

O Concílio põe o desenvolvimento econômico a serviço do ser humano, colocando diante deste avanço as necessidades, sejam elas quais forem, independentemente de qualquer grupo, raça ou religião. O Concílio se atenta para o risco da economia centralizada ou privilegiada, pois ela não pode ser de interesse próprio, mas sim em vista do bem de todos.

Chegamos ao capítulo IV, que tem como título “A vida da comunidade política”. De acordo com Aquino Junior, ele está estruturado em quatro pontos: as características da vida pública atual; a problemática da natureza e do fim da comunidade política; cooperação de todos na vida política; a relação entre a comunidade política e a Igreja (Cf. AQUINO JUNIOR, 2017, p. 117).

No capítulo anterior do documento, é pontuada a vida econômico-social e, logo no início do IV é afirmado que as transformações ocorridas nela também produzem mudanças na organização política.

Profundas transformações se verificam nos nossos dias também nas estruturas e instituições dos povos, em consequência da sua evolução cultural, econômica e social; pois todas as transformações têm uma grande influência na vida da comunidade política, especialmente no que se refere aos direitos e deveres de cada um no exercício da liberdade cívica, na promoção do bem comum e na estruturação das relações dos cidadãos entre si e com o poder público (GS 73).

É possível perceber o anseio de que as realidades sejam transformadas. Para que essas mudanças tenham início é apresentado o diálogo como caminho. Todos são convidados a gerar uma consciência mais clara da dignidade humana e de seu papel enquanto comunidade política. Afinal, essa última existe em prol do bem comum, isto é, “do conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (LOPES, 2011, p. 176). Tudo isso é movido pela cooperação de todos na vida política.

Todas as abordagens são importantes nesse capítulo. No entanto, aqui, faremos um destaque na questão da relação entre a comunidade política e a Igreja. Cada uma delas tem a sua missão, que passa pelo homem, por isso, devem buscar o diálogo e a harmonia.

No domínio próprio de cada uma, comunidade política e Igreja são independentes e autônomas. Mas, embora por títulos diversos, ambas servem a vocação pessoal e social dos mesmos homens. E tanto mais eficazmente exercerão este serviço para bem de todos, quanto melhor cultivarem entre si uma sã cooperação, tendo igualmente em conta as circunstâncias de lugar e tempo (GS 76).

Aquino Junior expressa que essa “independência e autonomia se dão em razão da finalidade e da competência de cada uma delas” (2017, p. 119). Ambas, utilizando daquilo que é próprio de cada uma, sem se confundir, devem buscar contribuir para o florescer do homem. Isso só será possível no diálogo aberto e na compreensão do entendimento de suas funções para o bem comum.

Ainda no documento, encontramos a afirmação da missão da Igreja nessa relação com a comunidade política.

Quanto à Igreja, fundada sobre o amor do Redentor, ela contribui para que se difundam mais amplamente, nas nações e entre as nações, a justiça e a caridade. Pregando a verdade evangélica e iluminando com a sua doutrina e o testemunho dos cristãos, todos os campos da atividade humana, ela respeita e promove também a liberdade e responsabilidade política dos cidadãos (GS 76).

Aquino Junior afirma que “é dessa forma que a Igreja, em um contexto político plural, contribui para que a justiça e a caridade floresçam mais amplamente no seio de cada nação e entre as nações” (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 119).

Finalizando os problemas mais urgentes que o Concílio trouxe para as aulas conciliares na busca de soluções, temos o capítulo V da segunda parte. O capítulo tem como título “Promoção da paz e da comunidade internacional”. No início, encontramos descrito o sentimento de angústia pela realidade presente.

Nesses nossos tempos, em que as dores e angustias derivadas da guerra ou da sua ameaça ainda oprimem tão duramente os homens, a família humana chegou a uma hora decisiva no seu processo de maturação (GS 77).

Este capítulo visa apresentar dois caminhos para a promoção da paz e da comunidade internacional: evitar a guerra e propor instrumentos para construir a comunidade internacional. No que diz respeito a evitar a primeira, afirma que “a paz não é ausência de guerra, mas é fruto da justiça” (GS 78). Sobre isso, Lopes declara que “só a vivência da justiça que brota do Evangelho garantirá um mundo de paz” (LOPES, 2011, p. 185).

As discussões no supracitado capítulo foram organizadas em duas sessões. Nas colocações expressas durante o texto, os bispos alertam para os riscos que a humanidade corre caso não sejam “freadas” as desavenças. É chegado o momento que a discórdia e as desigualdades sejam superadas pela paz e a unidade.

Os bispos refletem o mal causado pela guerra, que não é amanhã, mas já é uma realidade presente. Alguns fatores, como o terrorismo e a corrida armamentista, têm corrompido o homem, fazendo com que esse se esqueça de sua vocação integral, tornando-o cego para os perigos sobre si.

Seja o que for deste meio de dissuasão, convençam-se os homens de que a corrida aos armamentos, a que se entrega muitas nações, não é caminho seguro para a firme manutenção da paz; e de que o pretenso equilíbrio daí resultante não é uma paz segura e verdadeira. Corre-se o perigo de que, com isso, em vez de se eliminarem as causas da guerra, antes se agravem progressivamente (GS 81).

Essa realidade só será transformada quando os homens públicos mudarem suas posturas, como menciona Lopes.

A luta pela paz exige que os homens públicos, máxime os que dirigem nações detentoras de poder bélico, alarguem o espírito mais além as fronteiras da própria nação, deponham o egoísmo nacional e a ambição de dominar sobre os outros países, fomentem um grande

respeito por toda a humanidade, que já avança tão laboriosamente para uma maior unidade (LOPES, 2011, p. 193).

E continua:

Enquanto passos são dados na busca da paz, a educação das gerações deve continuar, buscando superar as barreiras de nacionalidade, o desprezo e desconfiança, os ódios raciais e os preconceitos ideológicos que dividem e opõem as pessoas umas às outras (LOPES, 2011, p. 194).

Com a paz sendo instaurada, a construção da comunidade internacional vai sendo concretizada. Por isso, os Padres Conciliares, aqui nesta parte do documento, observando as causas da discórdia, apontam remédios para curar esses males:

Para edificar a paz, é preciso, antes de tudo, eliminar as causas das discórdias, sobretudo as injustiças entre os homens, que alimentam as guerras. Muitas delas provêm das excessivas desigualdades econômicas e do atraso em lhes dar os remédios necessários. Outras, porém, nascem do espírito de dominação e do desprezo das pessoas e, se investigarmos causas mais profundas, da inveja, da desconfiança, e da soberba humanas, bem como de outras paixões egoístas (GS 83).

E acrescenta:

Para se estabelecer uma autêntica ordem econômica internacional, é preciso abolir o apetite de lucros excessivos, as ambições nacionais, o desejo de domínio político, os cálculos de ordem militar, bem como as manobras para propagar e impor ideologias (GS 85).

Afirma, ainda, a importância da presença eficaz da Igreja na comunidade internacional, enfatizando o quanto a cooperação entre todos é fundamental na construção de uma melhor sociedade, assim como na concretização dos valores do Evangelho.

Quanto à Igreja, em virtude de sua missão divina, prega a todos os homens o Evangelho e lhes dispensa os tesouros da graça, contribui para a consolidação da paz em todo o mundo estabelecendo o conhecimento da lei divina e natural como sólido fundamento para a solidariedade fraterna entre os homens e entre os povos. É, portanto, absolutamente necessário que a Igreja esteja presente na comunidade das nações, para fomentar e estimular a cooperação entre os homens; tanto por meio das suas instituições públicas como

por uma inteira e sincera colaboração de todos os cristãos, inspirada apenas pelo desejo de servir a todos (GS 89).

Após conhecermos como a Constituição está estruturada e quais assuntos foram abordados, iremos nos deter um pouco mais na relação Igreja-Mundo.

### **2.3 Relação Igreja-Mundo**

A *Gaudium et Spes*, desde o proêmio, destaca o importante papel da relação da Igreja com toda a humanidade. Afirma que a sua missão é estar a serviço de toda a família, buscando estabelecer sempre um diálogo, à luz do Evangelho, para olhar, acompanhar e, juntos, encontrarem caminhos para os vários problemas que afligem a humanidade. O homem será sempre o seu ponto de partida, de apoio (GS 3).

Logo no começo, temos a afirmação que indica, talvez, como nos aponta Aquino Junior “uma das preocupações mais fundamentais do Concílio” (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 108), que ajuda a entender a totalidade do documento, assim como dá nome a esse:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração (GS 1).

O homem, na sua totalidade, deve estar contido no agir da Igreja para que a sua salvação seja plena. A referida instituição, por sua vez, deve olhar todas as realidades em que ele está inserido, as “alegrias e esperanças, tristezas e angústias”, partindo do exemplo de Cristo, que é solidário e busca salvar a todos, fazendo da sua mensagem sinal de esperança e vida. Tanto aqueles que são seus discípulos, como os que não são (considerando que Concílio rompeu com os muros e fala a todos que desejam promover o bem) devem ser sinal de comunicação, de transformação e de uma ação que salva e liberta a todos os que precisam.

A Igreja é chamada para dar continuidade “a obra de Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, não para julgar mas para salvar, não para ser servido mas para servir” (GS 3). Por esse motivo, é necessário manter um diálogo e um caminhar junto, frente às necessidades e realidades da família humana, manifestando solidariedade, respeito e amor.

Essa compreensão da Igreja e sua ação tem fundamento na sua origem, que vem do amor do eterno Pai, e, por isso, deve buscar ter uma ação que apresente a sua missão já aqui nesse mundo. Na Constituição encontramos o direcionamento de sua ação: “ela existe já atualmente na terra, composta de homens que são membros da cidade terrena e chamados a formar já na história humana a família dos filhos de Deus, a qual deve crescer continuamente até a vinda do Senhor” (GS 40).

Nesse ponto passamos a apresentar, iluminada por toda a abordagem sobre a vocação do homem, o ateísmo, a autonomia das realidades temporais e seu sentido dinâmico ou histórico, a cooperação Igreja-Mundo.

Antes de mais nada, o reconhecimento da autonomia das realidades temporais: elas já não ficam sob tutela da Igreja, embora permaneçam sempre na dependência de Deus (GS 36bc). Em segundo lugar, o sentido dinâmico ou histórico: reconhecer a história supõe enraizar a experiência cristã na vida comum dos homens e deixar de considerar a história como lugar sobre o qual a Igreja projeta suas verdades, que são suficientes por si mesmas e podem ser entendidas independentemente do acontecimento histórico (CAMACHO, 1995, p. 275).

Partindo desse ponto, a Constituição aborda no capítulo IV “O papel da Igreja no mundo contemporâneo”, sua presença nas realidades que foram apresentadas e a “sua missão em um mundo onde se respeita a autonomia das realidades terrestres bem como a pluralidade religiosa e as diferenças culturais” (CONTIERO, 2017, p. 205).

A Igreja entende que a sua missão é de ordem religiosa, mas que não se esgota nela. É a luz dela, da dimensão religiosa, que entra e faz parte da sociedade.

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social. O fim que lhe atribuiu é de ordem religiosa. Mas dessa mesma missão religiosa derivam tarefas, luzes e energias que podem servir para consolidar a comunidade humana conforme a lei divina (GS 42).

Ao nosso entender, aqui fica claro a ajuda que a Igreja quer prestar à sociedade humana. A sua missão abrange sua própria ação em todos os âmbitos da vida social, consequência derivada de sua ordem religiosa. Ao afirmar que a sua missão não é de ordem política, econômica ou social, mas, sim, religiosa, entende-se que não agirá senão iluminada pelo projeto de Cristo: a unidade da humanidade.

Promover a unidade é, efetivamente, algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é, “em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (GS 42).

Destaca-se, então, a Igreja como aquela que busca manifestar que a união entre corações desejosos em transformar uma realidade, imbuída pela fé e pela caridade, consolidará o melhor agir humano. Considerando todo o dinamismo social existente e os avanços sofridos, é necessário reconhecer as vantagens e os aspectos positivos que contribuem para o crescimento da sociedade.

O referido texto trata com clareza o auxílio que a Igreja busca prestar a cada homem e a sociedade como um todo e a própria cooperação que ela recebe do mundo. É necessário considerar que, por ela não estar vinculada a nenhum sistema político, econômico ou social, pode agir a partir de um prisma universal e criar laços que proporcionem uma melhor relação entre si e o mundo, cumprindo, assim, a sua missão.

No que diz respeito a sua missão na sociedade, o texto afirma que a Igreja tem “acabamento na unidade da família dos filhos de Deus” (GS 42). A unidade que deve ser buscada por várias razões, como nos diz o teólogo Aquino Junior:

*Primeiro*, em função de sua própria missão [...]. *Segundo*, porque a “promoção da unidade [entre os povos] se harmoniza com a missão íntima da Igreja”, enquanto “sacramento ou sinal e instrumento da união profunda com Deus a unidade de todo gênero humano” (GS 42/3). *Terceiro*, na medida em que “a Igreja não se prende, por força de sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura humana, sistema político, econômico ou social” e, assim, “pode aparecer como uma ligação muito estreita entre as diversas comunidades humanas e nações” (GS 42/4) (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 110).

O texto dá continuidade a sua reflexão a respeito da presença e do papel da Igreja no mundo contemporâneo, enfatizando como a Instituição deve atuar com relação as orientações sobre a atividade humana. Essa última, por sua vez, deve deixar-se ser guiada pelo espírito do Evangelho, tomando o cuidado para não haver uma contraposição entre o crer e a ação. Assim, o comportamento cotidiano do cristão não pode estar desvinculado da fé professada, considerando como um dos “mais graves erros do nosso tempo”.

O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de ambas as cidades, a que procurem cumprir fielmente os seus deveres terrenos, guiados pelo espírito do Evangelho. Afastam-se da verdade os que, sabendo que não temos aqui na terra uma cidade permanente mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos, sem atenderem a que a própria fé ainda os obriga mais a cumpri-los, segundo a vocação própria de cada um (GS 43).

Em continuação ao trecho anterior, tem-se: “este divórcio entre a fé professada e o comportamento cotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo” (GS 43), alertando que, como cristão, não se deve desvincular a fé de sua ação, pois “descuidando os seus deveres temporais, falta aos seus deveres para com o próximo e até para com o próprio Deus, e põe em risco a sua salvação eterna” (GS 43). Geraldo Lopes, ao comentar essa afirmação, pontua que a Igreja está “exortando cada fiel a cumprir sua missão de acordo com sua vocação”. Ainda acrescenta que “é contra sua vocação descuidar de uma em função da outra”. Por isso, a fé que é professada deve estar ligada à ação (LOPES, 2011, p. 110).

Isso leva a compreender que todos são responsáveis por desempenhar a sua atividade na sociedade, de maneira que torne visível os fins para unidade da família dos filhos de Deus. Nessa questão, o texto direciona para a ação dos leigos.

As tarefas e atividades seculares competem como próprias, embora não exclusivamente, aos leigos. Por esta razão, sempre que, sós ou associados, atuam como cidadãos do mundo, não só devem respeitar as leis próprias de cada domínio, mas procurarão alcançar neles uma real competência. Cooperarão de boa vontade com os homens que prosseguem os mesmos fins. Reconhecendo quais são as exigências da fé, e por ela robustecidos, não hesitem quando for oportuno, em idear novas iniciativas e levá-las à realização (GS 43).

E continua:

Os leigos, que devem tomar parte ativa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade (GS 43).

No que diz respeito às atividades a serem desempenhadas na sociedade, o texto não apresenta direcionamentos apenas para os leigos. Os pastores também são designados a desempenhar seu papel na construção da relação Igreja-Mundo. É compreendido que aqueles devem ser guias, capazes de iluminar através do

Evangelho, para que aconteça de forma concreta o diálogo entre as duas citadas esferas. Que os pastores sejam, esperam os leigos, “a luz e força espiritual”.

Quanto aos bispos, a quem está confiado o encargo de governar a Igreja de Deus, preguem juntamente com os seus sacerdotes a mensagem de Cristo, de tal maneira que todas as atividades terrenas dos fieis sejam penetradas pela luz do Evangelho (GS 43).

O texto prossegue sua discussão sobre a importância da ação dos pastores e explana que o comportamento desses deve fazer com que seja manifestada a face da Igreja, que tem como base a mensagem cristã. Sua vida e sua palavra devem ser o espelho em que, na presença da Igreja, existe a fonte dos valores de que precisa o mundo de hoje. Dessa maneira, o ser humano, utilizando-se do diálogo, pode interagir com o presente contexto e nele realizar os desígnios a ele confiado. Nesse sentido, salvaguardamos o que o documento nos orienta:

Mas sobretudo, tenham em seu coração as palavras deste Concílio: ‘Dado que o gênero humano caminha hoje cada vez mais para a unidade civil, econômica e social, tanto mais necessário é que os sacerdotes em conjunto e sob a direção dos bispos e do Sumo Pontífice, evitem todo o motivo de divisão, para que a humanidade inteira seja conduzida à unidade da família de Deus (GS 43).

O documento também discute que a relação Igreja-Mundo é possível e necessária, precisando do envolvimento de todos os agentes para que seja efetivada. Dessa forma, todos devem olhar para a história e, à luz dela, perceberem os caminhos a serem percorridos, entendendo que, tanto a Igreja, quanto o mundo precisam reconhecer a existência dessa relação, bem como que é do seu processo histórico que recebem aspectos pertinentes para o seu crescimento.

As experiências são válidas para tornar perceptível quais são as aberturas necessárias a serem construídas e os novos caminhos que se apresentam. A Igreja deve ter a consciência do “quanto deve aprender com a experiência dos séculos, no que se refere ao desenvolvimento das suas relações com o mundo” (GS 43).

A busca para aprender com esses momentos vividos e tornar presente o Evangelho deve ser acompanhada a partir de vários aspectos, partindo do olhar e da percepção da realidade até a formulação de conceitos e da mensagem do Texto. Quando necessário, deve adaptar-se à realidade, gerando a compreensão e a

capacidade de suscitar o desejo de concretizar e ser mais visível os valores que são comuns para a construção da família dos filhos de Deus.

É dever de todo o povo de Deus e sobretudo dos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar às várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra de Deus, de modo que a verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada de um modo mais conveniente (GS 44).

O agir da Igreja deve se pautar no processo de aprendizagem e desenvolvimento pelo qual, através da sua estrutura, se conceba abertura para avançar e, assim, caminhar junto com a humanidade. Todos os homens de qualquer classe ou condição oferecem uma ajuda capaz de promover transformação. Se todos eles estão unidos pelos mesmos anseios, crentes ou não, mas que buscam a promoção da vida, devem ser valorizados de modo a se criar pontes de diálogo. Tais relações são importantes na construção e edificação do reino de Deus.

Geraldo Lopes ressalta que essa parte do documento fala de “uma reciprocidade entre a Igreja e o mundo” (LOPES, 2011, p. 114). Deve existir uma ajuda e auxílio mútuo: “não só a Igreja ajuda o mundo, como ele também a auxilia”. A referida instituição não ignora, e nem pode, o quanto recebeu de ajuda do mundo nas experiências no decorrer da história.

Todos os conhecimentos ameadados pela humanidade tornam-se veículos para a transmissão da mensagem cristã. É na variedade de línguas faladas pelas pessoas que o Evangelho é transmitido às gerações (LOPES, 2011, p. 114).

No referido documento, esse olhar da unidade entre todas as esferas, instituições e disciplinas, que buscam valorizar a pessoa humana, é estimulado a ser praticado.

Na realidade, todos os que de acordo com a vontade de Deus promovem a comunidade humana no plano familiar, cultural, da vida econômica e social e também política, seja nacional ou internacional, prestam não pequena ajuda à comunidade eclesial, na medida em que esta depende das realidades exteriores (GS 44).

Partindo disso, o documento demonstra que essa ajuda entre ambos é o caminho para atingir “o único fim da Igreja”, que “é o advento do reino de Deus e o

estabelecimento da salvação de todo o gênero humano” (GS 45). Recordamos que esse Concílio agora dirige “a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens” (GS 2).

Todos são chamados a promover o bem a toda “família dos homens”, sem excluir ninguém, “durante o tempo de peregrinação”, já que, enquanto unida a Cristo, “a Igreja é ‘o sacramento universal de salvação’”, manifestando e atuando simultaneamente o mistério do amor de Deus pelos homens” (GS 45).

Toda esta recíproca ação de dar e receber tende para um fim: que Deus seja tudo em todos. Que a Igreja atinja, no Senhor Ressuscitado, o ponto para onde tendem os desejos da história e da civilização, o centro do gênero humano, a alegria de todos os corações e a plenitude das suas aspirações aguardando a recapitulação de todas as coisas em Cristo, tanto as do céu, quanto as da terra (Cf. Ef 1,10) (LOPES, 2011, p. 116).

É fundamental salientar que toda a discussão realizada até aqui pretende compreender e formular a relação da Igreja com o mundo. Para essa finalidade, o documento faz um caminho partindo da própria compreensão que a Igreja tem de si, fruto do Concílio, e que não pode permanecer apenas no conceito: é necessário sair, ir além dos muros. Aquino Junior (2017, p. 112), ao enfatizar a importância da relação Igreja-Mundo, afirma que sem isso a “sua identidade e missão ficam gravemente comprometidas, quando não negadas e/ou inviabilizada”.

Após elencar o papel da Igreja no mundo, apontando que é importante perceber as realidades e buscar agir nelas, o documento apresenta alguns problemas mais urgentes. Na Segunda Parte da Constituição, pretendeu-se apresentar atitudes que poderiam ser tomadas frente as dificuldades percebidas. Logo no início, já se expõe o sentido de toda essa seção.

Entre as muitas questões que hoje a todos preocupam, importa ressaltar particularmente as seguintes: o Matrimônio e família, a cultura humana, a vida econômica-social e política, a comunidade internacional e a paz. Sobre cada uma delas devem resplandecer os princípios e as luzes que provem de Cristo e que dirigirão os cristãos e iluminarão todos os homens na busca da solução para tantos e tão complexos problemas (GS 46).

Diante disso, no próximo capítulo, discutiremos sobre a relação da Igreja-Mundo a partir da *Gaudium et Spes* na atualidade, voltando um olhar para o pontificado do Papa Francisco.

### **3 A CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES* E O PAPA FRANCISCO**

Nos capítulos anteriores, abordamos o processo de construção da *Gaudium et Spes*. Para tanto, inicialmente, conhecemos os processos e as dinâmicas que antecederam o Concílio Vaticano II, verificando, dentre outras coisas, de que forma a sociedade estava organizada e como se comportava naquele período. Logo em seguida, destacou-se como a *Gaudium et Spes* surge dentro do próprio Concílio, despertando uma nova postura da Igreja frente a sua relação com o mundo.

Para fins de síntese, ao final, chegamos à compreensão de que a Constituição traz para a Igreja um olhar sobre o seu papel *ad intra* e *ad extra*, impulsionando-a para uma nova ação, ou “nova etapa”, evangelizadora.

Neste capítulo, a discussão compreende a relação existente entre a *Gaudium et Spes* e o pontificado do Papa Francisco. A princípio, discorreremos sobre a atualidade da Constituição, de modo a perceber como as suas reflexões estão sendo vividas. Partindo dessa abordagem, nos nortearmos de duas premissas, a saber: observar o pontificado do Papa Francisco, iluminado pelas intuições do Vaticano II e buscando perceber a relação Igreja-Mundo na sua ação pastoral. Em seguida, partindo da reflexão sobre a supracitada relação, discutiremos sobre a “Igreja em saída para as periferias”: perspectivas atuais de uma Igreja dialogal.

O presente capítulo tem como objetivo ajudar a entender como as reflexões suscitadas no Concílio Vaticano II, em especial na *Gaudium et Spes*, estão hoje sendo encaminhadas na dinâmica pastoral da Igreja.

#### **3.1 Atualidade da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* no contexto atual**

Após conhecermos os processos que foram responsáveis pela construção da *Gaudium et Spes*, assim como sua estrutura e o modo como ela esteve inserida no corpo conciliar, é preciso avançar com a discussão proposta na presente pesquisa.

O Concílio Vaticano II vai além dos seus documentos e do evento conciliar, tornando-se, então, uma proposta de ação. Ele não pode “estacionar” no período realizado e deve ganhar dimensões que transformem o contexto de forma concreta.

Por isso, é preciso avançar e observar, no contexto atual, o que hoje se faz presente a partir da Constituição e aquilo que o Concílio não deixou claro.

Não podemos deixar de pontuar que a *Gaudium et Spes* foi o último documento a ser aprovado, revelando que não foi tão fácil a sua construção, em decorrência das diversas tensões e conflitos de opiniões. Outrossim, compreendemos que o texto não se esgota em si mesmo e precisamos buscar conhecer como as reflexões feitas no evento conciliar estão inseridas nos paradigmas atuais.

Dentro dessa abordagem, vale recordar que Paulo VI frisou a relevância do evento conciliar, acentuando que esse não pode ficar parado na dimensão teórica, mas sim ir além. Em seu discurso aos participantes da Assembleia Geral da Conferência Episcopal Italiana, referindo-se ao Concílio, afirma:

Este é um acontecimento de importância secular. Não pode ser considerado um episódio concluído e acabado. O Concílio entrega à Igreja um 'tomo', um volume de doutrinas e de decretos que podem assinalar a sua nova primavera (PAPA PAULO VI, 1966).

Diante das palavras de Paulo VI, compreende-se que as discussões concretizadas no evento conciliar deveriam continuar. Aquilo que foi apresentado era reflexo de uma realidade e, a partir disso, era necessário encontrar um campo de atuação para uma melhor ação e cumprimento do papel e da missão da Igreja.

Como consequência da *Gaudium et Spes*, alguns conceitos e posturas são modificados de modo a contribuir para que haja uma ação melhor. Para isso, era preciso que atitudes, até então julgadas como corretas, fossem repensadas. A Constituição se abre a um novo leque de perspectivas que proporciona a retomada do caminhar junto, deixando de lado a "ruptura" que havia se consolidado. A Igreja e o mundo, até então vistos como inimigos, agora são compreendidos como responsáveis comuns pela construção do homem.

Contudo, é necessário observar que, ao buscarmos compreender a relação entre Igreja-Mundo, percebemos que tal relação, por apresentar ambiguidades em sua formulação, torna-se difícil de ser colocada em prática. O teólogo Aquino Junior aborda justamente essa problemática no excerto a seguir:

A relação da Igreja com o mundo é formulada no Concílio ainda em termos um tanto dualistas e ambíguos ou, pelo menos, pouco

precisos (terrestre – celeste; humano – religioso; fé – vida), o que pode levar a equívocos na compreensão do texto ou mesmo a distorções de seu sentido fundamental (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 112).

Diante da assertiva do autor, pode ser analisada uma falta de clareza nas formulações e elementos acerca do conceito de “mundo” presente na Constituição, como também sobre as definições que demarcam o lugar que, de fato, a Igreja deve ocupar nesse mundo. Com isso, haveria uma melhor compreensão, e poderíamos assim dizer, uma melhor ação.

Prosseguindo com suas considerações, o autor supracitado ainda acrescenta:

Sem falar no caráter genérico e abstrato de sua compreensão, na medida em que não considera suficientemente o mundo com o qual a Igreja tem que se relacionar (mundo de pobreza, injustiça, opressão), nem o lugar que ela deve ocupar nesse mundo e a partir de onde ela deve agir (mundo dos pobres e oprimidos) (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 112).

A ausência de clareza acerca dessa compreensão/conceituação pode prejudicar a atuação dos envolvidos, assim como contribuir para a existência de certa dificuldade no alcance dos objetivos pretendidos.

Para melhor compreender a dimensão em que a Constituição se apresenta – isto é, assinalar qual o olhar da Igreja sobre o mundo de hoje –, é necessário considerarmos alguns aspectos importantes, a saber: a secularização, a historicidade, as realidades terrestres, a dignidade do homem, assim como o acolhimento do sujeito social moderno.

Um fator importante, que influenciou a construção da Constituição, é a mudança na compreensão de alguns conceitos, como o de secularização. Esse último permite que a relação entre a Igreja e o mundo se torne mais abrangente, pois possibilita que as demais esferas da sociedade sejam tratadas de forma próxima e não como inimigas. Proporciona, outrossim, uma autonomia ao homem moderno, que agora se sente como agente ativo no processo de construção da sociedade e não apenas como aquele que só executa.

Para entender a secularização como um processo significativo para a reconciliação entre a Igreja e o mundo, Camacho nos aponta alguns caminhos. De acordo com o mencionado autor, a secularização se dá em três aspectos distintos:

Como fenômeno *jurídico-político*, a secularização supõe a separação entre a Igreja e o Estado. O Estado moderno, em seu anseio de defender sua soberania, revolta-se contra qualquer tipo de dominação: por isso rejeita a tutela das instâncias religiosas. [...] Como fenômeno *sociológico*, a secularização põe a religião à margem da esfera pública, obrigando-a a reduzir sua ação ao campo da vida privada. [...] Mas é no *campo do saber* que a mentalidade moderna supõe uma mudança mais transcendental. O gosto especulativo cede lugar ao método experimental. Esse método científico reforça a certeza de que a realidade é complexa e pluriforme (CAMACHO 1997, p. 244).

A visão de Camacho, portanto, é a de que a secularização tem por base os três fenômenos supracitados, resultando na emancipação do sujeito moderno, assim como na retirada da Igreja de uma posição de privilégio, que foi ocupada durante muito tempo. Agora, o homem é tido, também, como um dos responsáveis pelas transformações no mundo.

A oposição que era reforçada entre o religioso e o secular sofre um rompimento pelo sujeito moderno, que está sempre presente nas diversas realidades. As relações entre as diversas esferas da sociedade são vividas não mais verticalmente, mas na horizontalidade. Com isso, iniciam-se as transformações sociais, proporcionando uma abertura para a atuação humana no mundo.

O processo de secularização ainda permite que os demais valores existentes na sociedade sejam percebidos, assim como o aprendizado que pode ser adquirido através das relações. Ocorre, portanto, uma diminuição do imaginário do mundo sacro, dando espaço ao mundo marcado pela ciência, arte, cultura etc. Com isso, a mentalidade e postura vão se modificando. O Concílio, inserido nessa nova atitude pela qual refletiu sobre o agir do homem, iluminado pela fé, percebe que o homem é instrumento da ação da Igreja.

Trata-se, ao fundo, de uma fé mais engajada, menos preocupada com mundo que há de vir, com o paraíso, e sim com o mundo presente, demanda uma preocupação maior com o agora, com o meio social em que se está inserido, com suas dificuldades e avanços, ganhos e perdas (CONTIERO 2017, p. 223-224).

Vale lembrar que, com esse processo de secularização, abre-se a compreensão da necessidade de olhar para as realidades e necessidades históricas. Ocorre uma revalorização do tempo histórico e do presente, apontando que as

coisas devem ser resolvidas nesse lugar. Não acontece uma perda do espaço da fé, mas ela ganha novas áreas para contribuir na construção do homem.

A abertura da Igreja à secularização, visível na *Gaudium et Spes*, surgiu como forma de materialização da reconciliação Igreja-mundo. Com isso, reconheceu-se que o processo de secularização trouxe diversos avanços e benefícios para uma melhor relação entre duas dimensões importantes: a fé e a ação.

Com a *Gaudium et Spes*, compreendemos que o mundo não é um inimigo. Entende-se que ele é parte do caminho da Igreja, na medida em que ela está inserida nele e é nele que se encontra o percurso que a tal instituição trilha na busca de concretizar sua missão e viver o seu papel. Daí, percebemos que a abertura à secularização é importante e contribui na missão que a Igreja desempenha.

Para entender tal missão e compreender a formulação na Constituição, Aquino Junior ressalta de onde se deve partir.

Um passo importante, nesse sentido, parece-nos, é a formulação latino-americana dessa problemática a partir e em função da realidade e do conceito reinado de Deus – centra da vida e da missão de Jesus Cristo e, conseqüentemente, centro da vida e da missão de sua Igreja. [...] Tudo o que diz respeito à vida humana (economia, política, sociedade, cultura, religião, sexualidade, etc.), diz respeito à Igreja, na medida em que deve ser configurado segundo o dinamismo do reinado de Deus, tal como se revelou na práxis de Jesus de Nazaré (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 113).

Logo no início a *Gaudium et Spes* traz a afirmação: “a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história” (GS 1). Nesse, e em diversos outros momentos do documento, é ressaltado o fato de a Igreja estar inserida na história humana. Tais considerações levam a compreender que, nessa relação, existe uma influência que é exercida entre ambas, a Igreja e a história.

Até o advento do Concílio Vaticano II não havia um reconhecimento dessa influência e do condicionamento existente a partir dos eventos históricos. No n. 5, a *Gaudium et Spes* afirma o quanto é necessário perceber e ser conduzido dentro da história:

O próprio movimento da história torna-se tão rápido, que os indivíduos dificilmente o podem seguir. O destino da comunidade humana torna-se um só, e não já divididos entre histórias independentes. A humanidade passa, assim, duma concepção

predominantemente estática da ordem e das coisas para uma outra, preferentemente dinâmica e evolutiva (GS 5).

A Igreja assumiu que a história é dinâmica e está rapidamente se transformando. A essa realidade dinâmica, contrapõe-se uma visão de história estática que a própria instituição defendia, mas que findou superada. Para que essa perspectiva da dinamicidade da história fosse acolhida, a Igreja primeiro buscou mudar a sua concepção do que seria o mundo.

Predominava na Igreja uma visão negativa sobre o mundo, oriunda do pensamento agostiniano, que fundamentava uma divisão entre o Reino de Deus e o humano. Essa compreensão dificultou, por muito tempo, a abertura, pois era sempre vista como um “perigo”. Mas, a partir de tudo que estava acontecendo, a Igreja passa a ter uma nova postura, reconsiderando, refletindo e partindo desse novo entendimento.

A Igreja precisava superar essa dualidade para que o diálogo buscado entre ela e o mundo fosse mais aberto e concreto. A abertura de que a referida instituição necessitava tornaria cada vez mais presente a constatação de que ela não é estranha ao mundo, tampouco o mundo é estranho a ela.

Assim, a concepção negativa que a Igreja nutria com relação ao mundo, assim como a visão de tê-lo como inimigo, não contribui com o seu crescimento e sua missão, pois não se tratam de realidades distintas, mas sim que se reconhecem e que estão “aderentes” no curso do tempo, ao passo em que se complementam.

Com isso, na *Gaudium et Spes*, encontramos a afirmação de que o mundo secular traz, em seu interior, aspectos do Reino de Deus, visto que é na história que esse Reino se manifesta.

A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes ativar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra, onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao reino de Deus (GS 39).

Para haver uma melhor consolidação e relação com a história, a Igreja precisaria compreender os “sinais dos tempos”. Partindo desta compreensão, ela teria melhor condição de transmitir a sua mensagem de salvação.

É dever de todo o povo de Deus e sobretudo dos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra de Deus, de modo que a verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida, e apresentada de um modo mais conveniente (GS 44).

Nesse novo momento, com um olhar para os “sinais dos tempos”, o teólogo não ficaria restrito a teorias e pensamentos verticais. Ele passa, a partir dessa compreensão, a compreender as experiências concretas. A sua atenção, agora, é na análise dos eventos históricos e dos valores que possam surgir a partir destes, entendendo-os como matéria para a transmissão da mensagem. Assim, a teologia passou a ser desenvolvida de acordo com a realidade de seu tempo, isto é, com a sua inserção em um momento histórico específico.

Vinculado ao problema da compreensão e configuração da Igreja e sua missão no mundo estão os desafios de nossa hora histórica que devem ser enfrentados pelos crentes na força e no poder do Espírito (Gl 5,25) com uma “fé ativada pelo amor” (Gl 5,6) que vai fermentando a história com o dinamismo do reinado de Deus (1Cor 4,20) que tem nos pobres, marginalizados e sofredores sua medida e seu critério escatológico (Lc 10,25-37; Mt 25, 31-46) (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 72).

Desse modo, diante do rompimento com a dualidade, em que o mundo era visto de forma negativa, e da compreensão do lugar da Igreja nele, percebemos o quanto a historicidade é importante. O teólogo Aquino Junior afirma que “o Concílio Vaticano II reconhece nos acontecimentos históricos presença, sinais e apelos de Deus” (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 73).

Através da historicidade, é possível perceber onde existe a necessidade de rever a ação da Igreja. Sem essa premissa, a atuação dessa se torna estática. Dessa maneira, unido à abertura para a historicidade, surge, também, a receptividade e concretização acerca do sujeito social. Este, que não era reconhecido e nem aceito, agora, é acolhido nas estruturas eclesiais.

A Igreja, ao afirmar o homem como ser social que deve estar em contato com os outros, compreendeu o seu papel de agente transformador. A *Gaudium et Spes* nos afirma que “o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os

outros” (GS 12). O homem é visto, então, como interativo/comunicativo, logo possui em sua natureza as condições necessárias para anunciar a mensagem transmitida pela Igreja. Ele é o mesmo que está inserido em meio às angustias, desafios, problemas e esperanças. Trata-se de um sujeito inserido no mundo e que a Igreja deve buscar cada vez mais tê-lo como companheiro na caminhada.

A Constituição abriu as portas para o novo sujeito. A Igreja que, até então, negava-se a aceitar esse sujeito social moderno e secularizado, decidiu compartilhar com ele suas “alegrias e esperanças”, expressas e marcadas por sua atuação no mundo.

É possível reconhecer o desejo de tê-lo próximo, fazendo parte do caminho, quando encontramos, na constituição, uma mudança na forma de ler as realidades históricas. Desaparece um discurso fechado e surge, a partir disso, uma abertura para um diálogo com as realidades terrestres.

No que diz respeito às realidades terrestres, e com vistas a uma melhor compreensão destas, precisamos nos deter em dois aspectos importantes que se complementam: a teologia e a autonomia.

A teologia dominante na Igreja, como ressaltamos, era marcada pela oposição entre Deus e o mundo. Mas, a partir de todos os avanços, abriu-se um caminho novo, surgindo a abertura para reconhecer e compreender que o mundo é o lugar onde acontece a ação necessária da Igreja. Começa, então, uma teologia das realidades terrestres.

Baseando-nos na análise de Gibellini, a Teologia das Realidades Terrestres se justifica:

[...] na medida em que as realidades terrenas integram o objeto *material* e *formal* da teologia. A teologia tem efetivamente como objeto *material* Deus e as criaturas enquanto se refere a Deus; além disso a revelação fala das realidades terrenas tanto expressa como indiretamente, o que as leva a fazer parte do objeto *formal* da teologia: pode-se falar das realidades terrenas do ponto de vista da revelação (GIBELLINI, 2002, p. 265).

Observando o excerto destacado, entendemos que a teologia das realidades terrestres é uma compreensão teológica atenta aos “sinais dos tempos”, estando, nesse sentido, disposta a compreendê-los. Ela, ao entender que todas as coisas devem louvar a Deus e servir ao homem, alcançou o Concílio e se faz presente na *Gaudium et Spes*.

A presença desse embasamento teológico que a Constituição utiliza demonstra o deslocamento do olhar da Igreja. Nesse ínterim, são deixados de lado diversos pressupostos metafísicos para se abrir aos problemas humanos. Busca-se, então, propor um diálogo e valorização acerca das realidades terrestres.

Sendo assim, o mundo é entendido como um lugar de respostas teológicas. O combate e condenação desse perdem espaço e passa-se a aceitar haver um sentido teológico nele que não poderia mais ser ignorado. A abertura para esse pensamento permite outro avanço, que é a aceitação da autonomia das realidades terrestres, como é possível observar no trecho a seguir:

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acordo com a vontade do Criador. Pois, em virtude do próprio fato da criação, todas as coisas possuem consistência, verdade, bondade e leis próprias, que o homem deve respeitar (GS 36).

Constatamos que a autonomia das realidades terrestres é entendida como legítima e aceitável pelo Concílio quando se refere à constatação de que a sociedade possui suas próprias leis e valores, cabendo ao homem ordenar as suas ações.

Como mencionado anteriormente, o processo de secularização é responsável por essa autonomia das realidades terrestres. Assim, no caminho de diálogo com o mundo, proposto pela Constituição, a abertura à aceitação da secularização se dá tanto pelo reconhecimento do mundo, quanto pelo fato de que tudo possui suas leis próprias e autônomas.

A *Gaudium et Spes* reconhece que as realidades terrenas são autônomas e que a Igreja não mais deve interferir nelas, mesmo assumindo que tudo possui um ordenamento próprio que provém de Deus. Afirma, então, que essa autonomia pode existir em consonância com a vontade do Criador, desde que não exista a negação dessa.

Porém, um dos conceitos da autonomia das realidades terrestres é condenado pela constituição:

Se, porém, com as palavras “autonomia das realidades temporais” se entende que as criaturas não dependem de Deus e que o homem pode usar delas sem as ordenar ao Criador, ninguém que acredite em Deus deixa de ver a falsidade de tais assertos. Pois, sem o Criador, a criatura não subsiste. [...] Antes, se se esquece Deus, a própria criatura se obscurece (GS 36).

Essa definição não é aceitável, por parte do Concílio, por inferir que se deixe Deus de lado, de maneira que tudo seja ordenado conforme a vontade e o desejo dos homens. Por isso, a *Gaudium et Spes* deixa claro que a autonomia das realidades terrestres não anula o direcionamento para o Criador. Pelo contrário, através da liberdade e autonomia, encontra-se a bússola para os valores do Reino e busca-se tornar esse Reino visível para a sociedade.

A autonomia das realidades terrestres abre um caminho para refletir a presença – tanto no Concílio quanto, principalmente, na Constituição – de um novo humanismo e o reconhecimento da dignidade humana. A Igreja passou a se entender como servidora da humanidade, partindo da historicidade, da secularização, bem como da própria autonomia das realidades terrestres, que tem por base o reconhecimento dos “sinais dos tempos”.

Logo no início da Constituição, evidencia-se que o foco dela é o próprio homem, como é possível de verificar na assertiva a seguir:

Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem uno e integral: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade (GS 3).

A *Gaudium et Spes* busca evidenciar a vocação do homem, afirmando que a vocação dele é fruto de um “germe divino”. Além disso, oferece a sua colaboração, enquanto manifesto da Igreja, para que aquilo que é chamado a viver seja correspondido. Podemos dizer que, no documento, encontramos um aspecto antropológico, que não se trata de uma antropologia social, mas, sim, de uma cristã.

Nos números 14-17, encontramos os fundamentos da antropologia cristã, direcionando o homem para que “glorifique a Deus no seu corpo”, buscando encontrar a “sua perfeição na sabedoria, que atrai o espírito do homem à busca e amor da verdade e do bem”. A reflexão existente vai se preocupar com o estudo do ser humano, algo que, ao longo da era moderna, fora relegado apenas à filosofia ou, ainda, à história.

Deparamo-nos, então, com uma novidade no documento: o fato de ele abrir sua visão antropológica para além do universo cristão.

Por isso, o Concílio Vaticano II, tendo investigado mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens (GS 2).

Nesse sentido, a Constituição discute que o homem deve viver a dimensão comunitária. Reforça, assim, a importância de priorizar o bem comum, o amor ao próximo e a luta em prol da justiça social.

O objetivo dessa abordagem no discutido documento é trazer a importância da igualdade e da construção de um mundo em que todos devem viver, e não acentuar princípios individualistas. A pessoa humana, na sua individualidade, é estabelecida a partir da liberdade que só pode ser plena, na concepção conciliar, quando o homem se espelha em Cristo.

Mas é só na liberdade que o homem pode se converter ao bem. Os homens de hoje apreciam grandemente e procuram com ardor esta liberdade; e com toda a razão. [...] A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina do homem. Pois Deus quis “deixar o homem entregue à sua decisão”, para que busque por si mesmo o Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a ele. Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre decisão, ou seja, movido e determinado pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa (GS 17).

A abordagem aqui apresentada trata da perspectiva de que o homem, com sua autonomia e liberdade, tem o direito de buscar por si só o seu Criador, fazendo uso de sua consciência e tomando suas decisões sem a ajuda de coações externas.

Ao abordar todas essas atualidades, percebemos que em todas o homem, ou o sujeito social moderno, está presente. A compreensão da aproximação das realidades e a aceitação da sua inserção no mundo faz com que a Igreja adquira uma nova posição frente ao sujeito moderno e, conseqüentemente, aceite com maior abertura a introdução desse em seu interior.

Vale ressaltar que esse sujeito já estava presente na Igreja, uma vez que o pensamento sobre ele já era discutido em seus arredores pelos teólogos e, sendo assim, era visível pela própria ação dos leigos. Para fins de exemplo, temos todos os

movimentos que surgiram, que já mencionamos anteriormente. Desse modo, o Concílio apenas aceita oficialmente o que já era produzido.

O sujeito social moderno enfatizado pela *Gaudium et Spes* é um homem que entende a sua participação no bem comum.

A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário [...]. Essa ordem, fundamentada na verdade, construída sobre a justiça e vivificada pelo amor, deve ser cada vez mais desenvolvida e, na liberdade, deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano (GS 26).

É em prol desse bem coletivo que todos os grupos devem se posicionar, favorecendo que todas as pessoas, iguais em dignidade, tenham acesso a tudo que é necessário para levar uma vida verdadeiramente humana. Isso é possível nas relações e na mudança de postura, tanto do homem quanto da Igreja, frente à sua ação.

É nesse ínterim que a relação e o diálogo propostos pela Igreja devem ser promovidos com toda a humanidade, incluindo até mesmo os seus próprios adversários. Trata-se de uma abertura ao sujeito, seja ele católico ou não, em toda a sua diversidade e complexidade.

Por nossa parte, o desejo de tal diálogo guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu Autor; nem aqueles que se opõem a Igreja, e de várias maneiras a perseguem (GS 92).

Até aqui, nos detemos na atualidade e abertura que a *Gaudium et Spes* preconiza para que a relação Igreja-Mundo seja concreta em prol de todos e realizada por todos. Alguns anos já se passaram desde estas reflexões, o que poderia nos levar a questionar elas têm sido acolhidas na sociedade. A partir desse ponto, observaremos como esses pensamentos se apresentam hoje, no Pontificado do Papa Francisco.

### **3.2 Relação Igreja-Mundo com o Papa Francisco**

O Concílio Vaticano II não é apenas um ponto de chegada, mas também um ponto de partida que apresenta, para a Igreja, uma nova estação eclesial direção do olhar. É natural que os avanços se deem gradualmente, para se tornarem concretos e alcancem os resultados esperados. Nesse sentido, temos o magistério do Papa Francisco, que, apesar de não ter participado do Concílio, acolheu suas propostas e a anseia colocar em prática, de um modo muito dinâmico, no decorrer do seu pontificado.

Sob a liderança do Papa Francisco parece começar uma nova estação eclesial na Igreja. Tornou-se inevitável não identificar nisso certa similaridade com o contexto conciliar que foi a primavera da Igreja. No ambiente eclesial, ao menos no religioso, é fato que se percebeu uma mudança significativa. Muitos reconheceram nos gestos, nas iniciativas e palavras do Papa Francisco uma retomada dos princípios renovadores do Concílio Vaticano II (AURELIO, 2016, p. 182).

É inegável que a eleição do Papa Francisco representou uma nova primavera na Igreja. Na tarde do dia 13 de março de 2013, a Igreja viu o desabrochar de uma nova ação. No momento em que o Papa eleito se apresentou para todo o mundo em trajes simples, por nome de Francisco, intitulando-se não como Sumo Pontífice, mas como Bispo de Roma, e pedindo a oração dos fiéis pelo seu ministério, já foi possível sentir uma nova atmosfera na Igreja.

Tal atmosfera foi percebida, entre tantos outros fatores, na inconfundível personalidade do Papa, encarnada na história dos povos latino-americanos, que foram os primeiros a sentir os abalos das inspiradas intuições do Concílio Vaticano II.

A intuição maior do Concílio se detém no papel da Igreja, de assumir a missão de anunciar a Boa Nova que gera vida em todas as pessoas. O Papa Francisco abraça o sonho de uma Igreja que assuma a sua missão de ser luz para todos os povos; uma igreja missionária que vai ao encontro de todos, sem excluir ninguém, e que está de portas abertas para acolher os que dela desejam se aproximar.

O contexto latino-americano, do qual advém o Papa Francisco, e o modo que o continente americano recepcionou o Concílio Vaticano II, têm grande influência no seu modo de ser e pensar a Igreja. Por isso, o Papa Francisco deseja que a Igreja:

[...] se descentre cada vez mais de si mesma e se constitua como sinal de mediação da salvação e da misericórdia de Deus para a humanidade sofredora: uma Igreja e uma teologia descentradas de si mesmas, servidoras dos pobres, marginalizados e sofredores (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 18).

Desse modo, percebemos que o Papa Francisco, apesar de não ter tomado parte nos trabalhos conciliares, é um verdadeiro filho do Concílio, pois sentiu de perto a novidade do evento, que abriu as portas da Igreja para o mundo, escrevendo, assim, uma nova página da sua história. Agora, ele tem a missão de continuar a pôr em prática a desafiante proposta do Vaticano II, o que não é uma tarefa fácil.

Sua busca de tornar a relação Igreja-Mundo real e transformadora tem feito com que seja oferecido à sociedade, importantes reflexões e posicionamentos. Para melhor entender como a concepção teológica do Papa Francisco sobre a Igreja condiz com as grandes linhas e opções do Concílio Vaticano II (mais precisamente nessa relação Igreja-Mundo supramencionada e que é tão cara e importante na construção do Reinado de Deus), observaremos, a partir de seus textos, como esse convite é lançado, partindo do que era suscitado para o seu pontificado.

Aurélio corrobora com nossas considerações ao pontuar que:

Ele [Papa Francisco] se tornou um personagem importante para o resgate do espírito do Vaticano II. Sobretudo porque foi capaz de estabelecer uma agenda eclesial com alguns acentos/prioridades, tais como: descentralização com base na colegialidade/sinodalidade; valorização das igrejas locais; parceria real com o laicato; concepção da Igreja como Povo de Deus e maior espaço para as mulheres; liberdade de reflexão teológica; linguagem litúrgica pertinente para os nossos tempos e nomeações de bispos que sejam pastores e não burocratas eclesiásticos (AURÉLIO, 2016, p. 192).

Dentro dessa perspectiva, e em profunda sintonia com o Vaticano II, o Papa Francisco está sempre conclamando a todas as esferas da Igreja para que não se acomodem, não busquem ser autorreferenciais e sim, ao contrário, estejam abertas para acolher o novo, encarar os desafios com confiança e esperança, agindo em si com muita misericórdia.

Uma das preocupações do Papa Francisco diz respeito à relação da Igreja com os pobres. Apesar de um pequeno grupo de padres conciliares já ter se

destacado pela atuação em torno da problemática existente na relação de aproximação entre Jesus, a Igreja e os pobres (Cf. AQUINO JÚNIOR, 2018, p. 32), Aquino Júnior afirma que:

Mesmo exercendo uma pressão espiritual e profética significativa sobre muitos padres conciliares, o grupo permaneceu sempre a margem do Concílio e sua repercussão nos documentos aprovados foi muito tímida [...]. A expressão “Igreja dos pobres” não apareceu uma vez nos documentos conciliares. Em todo caso, o grupo recuperou e deu visibilidade a um aspecto essencial e primordial da revelação e da fé cristãs e pôs em marcha um processo de renovação eclesial a partir e em vista da Igreja com os pobres começando pelo compromisso assumido pelos membros do grupo em sua vida e ação pastoral no chamado *Pacto das catacumbas*, celebrado no dia 16 de novembro de 1965 (AQUINO JUNIOR, 2018, p. 33).

Esse tema, na América Latina, tornou-se bastante presente e discutido. No Documento de Aparecida temos que “a opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja Latino-americana e caribenha” (DAP 391). Decidido a levar em frente essa opção, o Papa Francisco tem insistido que a sobriedade e a simplicidade devem caracterizar os discípulos de Cristo. Por isso, vai empenhar-se veementemente na perspectiva de que a Igreja não deve ostentar riquezas e luxo material, pois sua maior fortuna é apontar Cristo para os povos, ser luz para as nações.

Tendo como base esse pano de fundo, pontuamos algumas reflexões do Papa Francisco a respeito da relação que a Igreja deve buscar ter em todos os âmbitos que compõem a sociedade, sem perder a direção de sua missão evangelizadora.

Seguindo esse olhar no Pontificado de Francisco, percebemos que o seu intuito é o de promover uma relação entre a Igreja e o mundo, que possibilita ao homem entender o seu lugar e o compromisso de cuidado com a “casa comum”, qual seja, o planeta.

Na visão do Papa Francisco, é necessário que a ação evangelizadora, assim como a missão de anunciar, sejam permanentes e transformadoras. Elas deve ser capazes não apenas de falar da doutrina, mas também despertar no homem o desejo de mudança na sua ação, especialmente a realidade local, mas também da

sociedade como um todo. O Pontífice convida a Igreja a abrir as suas portas e ser uma igreja missionária.

O Papa Francisco, imbuído desse espírito de atualização da Igreja e do seu agir no mundo, e com o desejo de que todos assumam, de fato, a missão de serem discípulo-missionários de Jesus, apresenta-nos a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do evangelho no mundo atual.

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, pra que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade (EG 27).

Através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Francisco expressa tudo aquilo que terá como prioridade em seu pontificado. Ela marca a tomada de posição do Papa Francisco com relação ao futuro da Igreja, demonstrando que ele deseja que a Igreja saiba como agir mediante as necessidades do mundo atual, como tanto insiste o Vaticano II, buscando uma transformação completa que envolva todos os membros que compõem a comunidade eclesial e nos comprometa com a vida em sua totalidade, convidando-nos a uma concreta relação.

Assim como o mandamento “não matar” põe um limite para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social”. Essa economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento de um idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o fato de ser lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social (EG 53).

Sem dúvida, na voz de Francisco, a exortação se trata de um direcionamento sincero e atual para a Igreja em sua ação nos nossos dias. Essa atuação da Igreja, pensada de forma mais profunda no Vaticano II, apresentou-se de maneira mais tímida nos Pontificados dos Papas anteriores. Contudo, no de Francisco, ganha destaque e se vislumbram novos horizontes.

Nessa nova fase, renasce uma esperança. Aurélio busca explicar o significado desse momento dentro do âmbito eclesial, acentuando seu importante papel e contribuição na evangelização do mundo:

Novamente renasce a esperança nessa nova fase eclesial, de modo bastante realista. Os cristãos têm o dever de anunciar sem excluir ninguém; não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem compartilha uma alegria, assinala um belo horizonte, oferece um banquete desejável. [...] Toda a ação evangelizadora autêntica é sempre “nova” (EG 11). Trata-se de evangelizar o mundo moderno, enquanto secularizado e pluralista (AURÉLIO, 2016, p. 190).

Portanto, o objetivo da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* é convidar para uma “nova etapa evangelizadora”, que seja capaz de indicar caminhos e relações entre todos que podem fazer parte do caminhar. Nesse entremeio, é importante entender que “nova”, nesse sentido, não se refere ao conteúdo da verdade cristã, mas, à abertura e à percepção dos sinais dos tempos. A exortação faz referência a uma Igreja que se coloca em movimento, que vai ao encontro, que está “em saída”.

Ao refletir sobre as considerações feitas pelo Papa com o objetivo de fortalecer o diálogo e a relação Igreja-Mundo, destaca-se a Encíclica “*Laudato Si*”, que aborda o cuidado com a casa comum. Bento XVI já havia apontado nessa direção, mas é com Francisco que o tema é amplamente desenvolvido.

Como já mencionamos, as intuições do Papa Francisco, entrelaçadas por aquelas do Vaticano II, são significativas para que a ação evangelizadora não se restrinja nem a uma dimensão, tampouco a um agente. O Pontífice reforça a necessidade de olhar para o mundo não como inimigo, mas como um lugar onde a missão da Igreja se realiza.

Na Encíclica “*Laudato Si*”, ele busca a integralidade da ecologia, que abarca todas as esferas – ambiental, econômica, social, cultural e cotidiana –, como é possível interpretar no trecho a seguir:

Isso diz respeito especialmente a alguns eixos que atravessam a encíclica inteira. Por exemplo: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e as formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política

internacional e local, a cultura do descarte e a proposta de um novo estilo de vida (LS 16).

O Papa Francisco provoca a comunidade para a compreensão de que tudo se relaciona entre si. A comunidade deve se sentir responsável no cuidado para que a vida se sustente e seja transformada para o bem de todos. A preocupação do Papa é alertar a respeito dos desastres que presenciamos e ocorrem em todos os âmbitos da sociedade, a saber: político, econômico, ético, social, ambiental etc.

Parafrazeando as palavras dele, o único caminho de transformação da sociedade, ou das realidades que não contribuem na efetivação dos valores do Reino de Deus, é a mudança da ação humana. É necessário e urgente romper com a “cultura do descartável”.

Na encíclica, a voz do Papa nos convida a proteger a nossa casa comum, como destacado no excerto a seguir:

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum (LS 13).

Sabendo que o homem é um ser de relações e que tais relações se estabelecem em três âmbitos – com Deus, com os outros e com a Criação –, o Papa Francisco convida a enfrentar os problemas existentes e a cuidar do planeta. Não podemos compreender o ser humano fora dessa relação e desse compromisso com o lugar em que este está inserido.

No anseio de promover o despertar sobre a importância da relação entre a Igreja e o mundo, na Encíclica, Francisco expressa o seu apelo de cuidado e proteção com a casa comum, partindo da conscientização do homem na sua totalidade. O que o Papa nos sugere é ter um olhar de misericórdia para o mundo, para toda a Criação: uma relação de compromisso com a vida de todos.

Percebemos que o Papa se preocupa com o caminhar da Igreja, com os que estão unidos a ela e com o comprometimento com os valores inerentes ao Reinado de Deus. Por isso, o Pontífice, diante da missão da Igreja, volta-se para todas as realidades da existência humana e convida todos a viverem com autenticidade, a

partir da experiência de conhecer Jesus, que “enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus” (EG 1).

A experiência de conhecer a Jesus, a partir do Evangelho, coloca o discípulo em movimento para anunciar a Boa Notícia. Do encontro com Jesus nasce a alegria de ser discípulo-missionário, enviado a testemunhar o Evangelho em todos os tempos e lugares e, em seu coração, está o desejo de que todos possam ter acesso à mesma alegria gerada pelo encontro com o Senhor.

Impulsionado por esse desejo de anúncio, o Papa Francisco convida a Igreja a sair, anunciar, iluminada pelas luzes do Evangelho.

Naquele ‘ide’ de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova “saída” missionária. Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho (EG 20).

O fim desejado é que todas as estruturas possam se tornar mais missionárias, colocando, assim, a Igreja em estado permanente de missão. Todas as pessoas e comunidades são chamadas a entrar nessa dinâmica, deixando-se guiar pelas luzes do Espírito Santo, que renova continuamente a missão da Igreja e a coloca em permanente estado de saída.

### **3.3 “Igreja em saída para as periferias”: perspectivas atuais de uma Igreja dialógica**

Ao refletir sobre as atualidades da *Gaudium et Spes* e sobre a relação Igreja-Mundo no pontificado do Papa Francisco, tornou-se mais fácil percebermos as necessidades que foram surgindo e provocando novas atitudes, uma melhor evangelização e anúncio da Boa Nova. Outrossim, tal percurso nos ajuda a compreender como essas intuições chegam hoje e são parte dos anseios do Papa Francisco, que busca recuperar a sinodalidade, o caminhar junto para haver uma renovação da ação missionária-pastoral na Igreja.

A Igreja em “saída” é o grande propósito que permeia o pontificado do Papa Francisco. Trata-se de uma saída missionária, fruto de uma profunda experiência

feita com Jesus, pois é Ele, através da força dinamizadora do Espírito Santo, que orienta todo o agir da Igreja na sociedade e no mundo.

A intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão “reveste essencialmente a forma de comunhão missionária”. Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo (EG 23).

Esse chamado é dirigido a todos, no sentido de que todo cristão, pelo batismo, é discípulo missionário e, por isso, deve se comprometer com a evangelização, começando com os pequenos gestos que brotam da alegria do Evangelho e, aos poucos, vão transformando as realidades de trevas em luz.

Aurélio nos recorda que “outrora [a Igreja] enfrentou uma série de dificuldades e desafios, também hoje a sua missão não acontece sem adversidade nem obstáculos” (AURELIO, 2016, p. 202). Por isso, o Papa Francisco insiste no convite para essa “nova” etapa evangelizadora, de maneira que a Igreja não se desencoraje pelas dificuldades e desafios, mas, sim, busque a iluminação através da sua ousadia missionária. Para tanto, o Papa é enfático ao afirmar:

[...] prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos (EG 49).

No dizer do Papa Francisco, a Igreja não deve se acomodar nos seus espaços físicos, tornando-se prisioneira de si mesma, mas ser capaz de ir ao encontro de concretizar a sua missão, que é ser “sinal e instrumento de salvação no mundo”. Uma Igreja que enxerga a realidade daqueles a quem ela foi enviada e não se afasta, mas envolve-se na transformação.

No núcleo do projeto eclesial do Papa está o chamado à “saída”. Esse é para que a Igreja vá aos lugares e espaços onde estão os destinatários. O movimento que o Pontífice deseja é a saída da Igreja “[...] para as periferias do mundo” voltando-se para os pobres e indo ao seu encontro, como sugere Aquino Júnior a seguir:

O núcleo de seu projeto eclesial pode ser formulado nos termos de uma *Igreja em saída para as periferias do mundo*. Trata-se de um profundo descentramento eclesial (Igreja em saída). Nisso, é muito fiel ao Concílio: a Igreja não existe para si, mas como 'sinal e instrumento de salvação no mundo'. Mas não se trata de uma saída qualquer, para qualquer lugar ou com qualquer finalidade. Trata-se de uma saída para a humanidade sofredora e para ser sinal e mediação da misericórdia e da justiça de Deus para com ela (saída para as periferias) (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 50).

É nesse sentido que:

Saída tem que ser entendida como uma mudança radical em direção a Jesus Cristo. Do contrário ficará no plano de um ativismo frenético e, no final, permanecerá estéril. Mas, se na fidelidade existencial e criativa a Cristo vivermos a sua mentalidade e agirmos partindo dela, então a saída dará os frutos necessários (AUGUSTIN, 2018, p. 26).

Daí, percebemos haver uma necessidade de abertura ao diálogo, a fim de que se possa interagir com as realidades. A Igreja deve começar um movimento de "saída" em busca de encontrar com os demais a quem foi enviada. No entanto, o encontro que ela está sendo convidada a viver não pode ser de qualquer maneira e nem sem o fio condutor do envio. Ela precisa ir a partir do mandato de Cristo, iluminada pelo seu anúncio, que é gerador de vida.

A "saída" que o Papa Francisco propõe não consiste em sair de qualquer forma e sem rumo pelo mundo afora (cf. EG, 46). Pelo contrário, a Igreja é chamada a desinstalar-se do seu comodismo e ir em busca daqueles que estão afastados nas periferias, sejam elas geográficas ou existenciais.

Quando o Papa Francisco encoraja a Igreja a ir as "periferias da existência", ele pensa tanto nas periferias geográficas como as periferias das cidades ou do campo, quantos nas periferias existenciais por exemplo, pessoas desesperadas, atemorizadas, interiormente vazias, que perderam o sentido da vida, se sentem abandonadas, doentes físicos ou psíquicos, pecadores que não sentem coragem ou possibilidade de libertar-se do mal em que estão metidos e assim por diante [...] Ir as periferias significa uma Igreja que caminha. Que não se acomoda. Que vai em busca para encontrar pessoas, as comunidades, os pobres, os esquecidos, os que perderam o rumo. Uma Igreja missionária (HUMMES, 2017, p. 15).

A missão da Igreja é tornar presente o Reino de Deus no mundo. Ela deve estar sempre a caminho, nunca parada. E se trata de uma caminhada dinâmica,

verdadeiramente missionária e aberta para o acolhimento através do diálogo, com um destino muito claro: aqueles que, por um motivo ou por outro, estão afastados da comunidade eclesial.

Não se trata de uma “saída” qualquer, mas de uma “saída para as periferias” e uma saída para anunciar com palavras e ações a misericórdia de Deus, que é o “coração pulsante do Evangelho” (MV 12). E quando fala de “periferias”, Francisco se refere tanto as “periferias sociais” (situações de pobreza, marginalização e injustiça as mais diversas), quanto de “periferias existências” (as mais diversas formas de sofrimento humano) (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 74).

O olhar do Papa Francisco para esta realidade presente é voltado para uma busca de melhor nos aproximar daquilo que é a mensagem do Evangelho e para quem tal mensagem deseja ser sinal de esperança. A Igreja não pode se fechar. A mensagem que ela veio anunciar deve procurar se entrelaçar nas realidades em que ela está inserida, ou seja, os “sinais dos tempos”. Exige-se, assim, que ocorra uma abertura e que tal instituição vá até as “periferias”, a fim de superar a ideia de que ela é uma instituição autoritária e intransigente.

Dessa maneira, a abertura desejada por Francisco apenas será possível através do diálogo, que se concretiza no encontro. Sem essa realidade, acrescenta-se, torna-se inviável esse avanço, pois é necessário conhecer quem está na frente e, a partir disso, estender a mão para um caminhar em conjunto.

O Papa Francisco, em uma entrevista, realizada por Antonio Spadaro em 05 de setembro de 2020, sobre o impulso propulsor de seu pontificado, responde como deve a Igreja deve agir:

Do que a Igreja mais tem necessidade hoje é a capacidade de curar as feridas e de aquecer o coração dos fiéis, a vizinhança, a proximidade. Eu vejo a Igreja como um hospital de campanha depois de uma batalha (PAPA FRANCISCO, 2020).

Diante do exposto, e dialogando com as assertivas feitas anteriormente, Alex Villas Boas (2016, p. 82). afirma que “o diálogo, em Francisco, é uma categoria fundamental e só é possível pela cultura de encontro, pois o diálogo se dá entre pessoas vivas, um elemento essencial para o discernimento da caridade”.

O Papa Francisco, em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, levanta alguns pontos que apresenta como “novos caminhos” para o diálogo: “O tempo é

superior ao espaço” (EG 222); “A unidade prevalece sobre o conflito” (EG 226); “A realidade é mais importante do que a ideia” (EG 231); “O todo é superior à parte” (EG 234); “Diálogo social como contribuição para a paz” (EG 238-258).

A evangelização implica também um caminho de diálogo. Neste momento, existem sobretudo três campos de diálogo onde a Igreja deve estar presente, cumprindo um serviço a favor do pleno desenvolvimento do ser humano e procurando o bem comum: o diálogo com os Estados, com a sociedade – que inclui o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica (EG 238).

A partir do trecho supracitado, percebemos que o convite está aberto a comunidade. O Papa Francisco deseja que todos se envolvam nesse processo de abertura e diálogo para que, juntos, seja possível reconstruir a sociedade e a vida seja promovida em favor de todos. O seu projeto eclesial de uma Igreja “em saída” é fortalecedor nas relações, pois permite que outros se aproximem, assim como abre a possibilidade de melhor elaborar a sua ação por estar envolvida nas realidades.

Ele propõe a “Igreja em saída”, que, livre da prisão na sua própria referência, põe-se no horizonte do Reino de Deus e vai ao encontro das periferias existenciais. Torna-se casa aberta a todos e todas, particularmente aos pobres, qual mãe e pai que ama, acolhe, consola, abriga, regenera. Sabe que não é a proprietária do Evangelho de Jesus Cristo, mas sim um meio e instrumento de Deus, um sinal e sacramento de salvação. Seu serviço à inclusão social dos pobres e ao desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade deriva da fé em Cristo, “que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados (DOMEZI, 2016, p. 165-166).

Desse modo, percebemos que o Papa Francisco busca deixar evidente que, além das mudanças nas estruturas eclesiais, também se faz necessário uma mudança em suas convicções e atitudes. Trata-se de transformar todas as dimensões para que, mais cedo ou mais tarde, não se tornem corruptas, pesadas e ineficazes. Nisso, é preciso um olhar diferente, assim como um pensamento e uma ação até as “periferias”.

A Igreja deve ser sempre a casa aberta do Pai, pronta para acolher a todos aqueles que dela se aproximam ou que sintam a necessidade de se aproximar, muitas vezes, vítimas de preconceitos e chagas que a própria Igreja e a sociedade impuseram.

A Igreja deve tornar-se casa aberta a todos, de modo especial aos mais fragilizados, promovendo sempre uma relação “aberta” e não “fechada”, porque, quando se fecha em si mesma, ela limita ou sujeita a participação das pessoas na vida eclesial, criando uma separação entre os que são fieis a ortodoxia e os que são julgados pela ortodoxia. Igreja em saída é missão, e a missão está relacionada com o mundo. Não existe nenhuma missão no abstrato, no vácuo, fora do tempo, do espaço e das culturas (DANTAS, 2020, p. 33).

É justamente o fechar-se em si mesmo que tanto preocupa o Papa Francisco. Por isso, “saída” tem a ver com sair de si mesmo em direção ao outro. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* nos recorda que a pessoa humana, com todas as suas conquistas e, também, os seus dramas e sofrimentos, deve estar sempre no centro da ação da Igreja, que se solidariza com todo o gênero humano e se faz companheira, presente na vida do povo.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração (GS 1).

É em meio a esse contexto de alegria e tristezas que a Igreja é chamada a sair, ir ao encontro, e ser um sinal profético de esperança. É nesse sentido que portas abertas e diálogo têm a ver com se fazer próxima, como instrumento do amor de Deus. A Igreja não deve ficar apenas concentrada em suas normas enquanto lá fora uma multidão está faminta e grita por socorro. O dever da Igreja, de todos os envolvidos é de ir ao encontro, levando esperança, sendo sal, luz e fermento para a humanidade.

Por fim, percebemos o quanto a *Gaudium et Spes* é importante para ajudar a refletir sobre a ação da Igreja. Encontramos nele um direcionamento para que haja um caminhar junto com os demais que compõe o lugar em que a referida instituição está inserida, levando em consideração os aspectos importantes que contribuem no seu agir. As reflexões presentes na Constituição são possíveis encontrar no Pontificado do Papa Francisco, que busca tornar cada vez mais concreto e transformador a relação Igreja-Mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Concílio Vaticano II é um marco na história da Igreja; é um carisma em curso a iluminar o pensar e o agir da Igreja em nossa época. As inquietações suscitadas durante o evento pelos Padres Conciliares apontam um caminho para a ação da Igreja, bem como de todos aqueles que estão inseridos nela, na busca por efetivar a missão que a Igreja foi chamada a viver. Tal caminho pode ser encontrado na *Gaudium et Spes*.

A *Gaudium et Spes* consolida aquilo que mais estava sendo esperado do Concílio, a saber: a abertura para o diálogo com o mundo moderno. A intuição do Papa João XXIII de que a Igreja precisava transformar a sua ação, sair do seu restrito espaço e entrar em contato com os dramas que toda a humanidade enfrenta – e dos quais a igreja quer se fazer próxima – pode ser percebida na *Gaudium et Spes*.

Outrossim, percebe-se na Constituição que a Igreja se reconhece enquanto inserida neste mundo e destina a sua mensagem a todos os homens, não mais apenas aos católicos. Desta feita, toda humanidade é objeto desta mensagem. A Igreja assume compartilhar não apenas suas esperanças e alegrias, mas, também, seus sofrimentos e anseios, pois o seu propósito maior é o diálogo com o mundo, sendo capaz de olhar a realidade do mundo com os seus problemas e, a partir de sua missão, contribuir em encontrar caminhos para resoluções.

A *Gaudium et Spes* se fundamentou, portanto, tendo como norte a necessidade de diálogo com o mundo moderno, expressando a nova concepção que a Igreja teria de si mesma e de sua relação com a sociedade. Nesse sentido, a Igreja agora dirige o seu olhar para as necessidades e aspirações dos homens de hoje e para as transformações que caracterizam a sociedade.

Naturalmente, ao entrar em contato com a realidade cotidiana, a Igreja não pode se esquecer de que a sua missão é a de anunciar o Evangelho, de comunicar a vida divina aos homens e de conduzir os homens para Deus.

Todo esse movimento de renovação conciliar, de abertura e diálogo com o mundo, encontra no pontificado de Francisco novo vigor e novo impulso. Mesmo não tendo tomado parte nos trabalhos do Concílio Vaticano II, Francisco demonstra uma abertura e sensibilidade admirável por tudo aquilo que este Concílio representa para a Igreja. Isto se torna evidente ao notarmos, inclusive, diante de tudo que este

estudo pontuou, que o seu magistério acolhe e coloca em curso as grandes orientações do Concílio.

Das intuições pastorais da *Gaudium et Spes*, resulta o apelo de Francisco a uma verdadeira transformação missionária que mova todas as estruturas da Igreja, de tal modo que a coloque em um permanente estado de missão e, ao mesmo tempo, a torne, decisivamente, casa da misericórdia, do perdão, do encontro, do diálogo, do respeito, do amor fraterno, mútuo e solidário. Isto impulsiona para que Igreja esteja aberta ao diálogo e seja fiel servidora da humanidade, como nos convida a *Gaudium et Spes*.

O desafio fundamental hoje, para a Igreja, é sair para as periferias, sejam elas geográficas, sociais e existenciais. E o Papa Francisco tem impulsionado a Igreja a ir ao encontro destas realidades, sendo sinal de esperança através de uma relação profunda de cuidado com o outro, sobretudo os pobres e marginalizados.

Na relação entre a Igreja e o mundo, todos são interpelados a se aproximar de realidades que exigem de nós uma ação. Da situação dos imigrantes às questões ambientais; a fragmentação do tecido social; contextos de Guerra; a realidade dos idosos, das mulheres, das crianças; tendo como referência fundamental a opção preferencial pelos pobres. Os caminhos apontados pelo Papa Francisco para atuação da Igreja partem da proximidade e do diálogo com os pobres para que ela seja capaz de cuidar das suas necessidades. Também é importante, nesta atuação, os Movimentos Populares, que ajudam na transformação da sociedade a partir de baixo, de onde estão inseridos os homens e mulheres que são marginalizados e excluídos.

A finalidade da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é definir a atitude da Igreja perante os problemas que são enfrentados pelo homem de hoje, aproximando a Igreja das alegrias e tristezas do mundo. O documento também enfatiza desde a vocação do homem até o compromisso da Igreja a serviço do homem e o modo como os cristãos, assim como todos os homens de boa vontade, deveriam se comportar no mundo, sendo capaz de agir diante dos problemas presentes.

O Papa Francisco com grande vigor retoma as intuições presente na Constituição sobre o agir da Igreja. Agora o desafio está lançado para a Igreja de seguir adiante no diálogo com o mundo. Desafio de entrar nesse processo de abertura e serviço a humanidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO JUNIOR, Francisco de. **Nas periferias do mundo: fé, Igreja, sociedade.** São Paulo: Paulinas, 2017.

AQUINO JUNIOR, Francisco de. **Igreja dos Pobres.** São Paulo: Paulinas, 2018.

AQUINO JUNIOR, Francisco de. **Teologia em saída para as periferias.** São Paulo: Paulinas; Pernambuco: UNICAP, 2019.

AURÉLIO, Marlos. **A Igreja do Papa Francisco à luz do Vaticano II.** São Paulo: Santuário, 2016.

BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja.** São Paulo: Paulinas, 2016.

CAMANHO, Ildelfonso. **Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica.** São Paulo: Loyola, 1995.

CONSTITUIÇÃO *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. São Paulo: Paulus, 2007.

CONTIERO, Thiago Tadeu. **O mundo na Igreja e a Igreja no mundo: reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade.** São Paulo, 2017.

DANTAS, Erivaldo. **Por uma Igreja em saída.** Revista Pastoral, ano 61, n. 331, p. 30-37, jan/fev, 2020.

DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado latino-americano e do Caribe. São Paulo: CNBB; Paulus; Paulinas, 2008.

DOMÉZI, Maria Cecília. Na igual dignidade batismal: laicato, serviços e ministérios, relação de gênero no interior da Igreja. In: SANCHES, Wagner Lopes; FIGUEIRA, Eulálio (orgs.). **Uma Igreja de Portas abertas nos caminhos do Papa Francisco.** São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.** São Paulo: Paulinas, 2017.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Laudato Si*: sobre o cuidado da casa comum.** São Paulo: Paulina, 2015.

GIBELLINI, R. **A Teologia do século XX.** São Paulo: Loyola, 2002.

HUMMES, Claudio Cardeal. Contribuições da GAUDIUM ET SPES para a compreensão pastoral do homem de hoje. **Revista de Teologia da PUCRS – TEOCOMUNICAÇÃO.** v. 35, n. 150 (2005). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/teo/article/view/1711>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II** – em busca de uma primeira compreensão. São Paulo; Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Loyola, 2002.

LOPES, Geraldo. ***Gaudium et Spes*: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MANZATO, Antônio. Fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes*. **Revista de cultura teológica**. Petrópolis: vozes, v.17, n 68, jul/dez, 2009.

MCGRATH, M. G. Notas históricas sobre a Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”. In: BARAUNA, G. **A Igreja no mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1967.

MOUSNIER, R. **História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1960.

PALÁCIO, Carlos. **O legado da *Gaudium et Spes*: riscos e exigências de uma nova condição cristã**. Perspectiva Teológica, São Paulo: Loyola, n. 73, p. 333-354, set./dez. 1995.

PASSOS, João Décio. **Concilio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso**. São Paulo: Paulus, 2014.

VALENTINI, Demétrio. **Revisitar o Concilio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2011.